

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**ISABELLA SARGAÇO CARRAZZA**

**A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA**  
**A PARTIR DA LITERATURA**

**Brasília**

**2013**

**ISABELLA SARGAÇO CARRAZZA**

**A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA A  
PARTIR DA LITERATURA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de bacharela em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Nascimento

**BRASÍLIA**

**2013**

**ISABELLA SARGAÇO CARRAZZA**

**A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA A PARTIR DA  
LITERATURA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de bacharela em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Nascimento

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professor Paulo César Nascimento  
Orientador

---

Professora Marilde Loiola de Menezes  
Parecerista

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a contribuição da literatura no processo de formação e consolidação do Estado Nacional do país entre 1822 e a década de 1910, abordando os principais temas relativos à nacionalidade discutidos pela elite intelectual do período. Ele é dividido em duas partes: na primeira, é feito um apanhado teórico sobre nacionalismo e identidade nacional e discutido o processo de tomada de consciência nacional pela *intelligentsia* brasileira no período pré-independência são apresentados. Na segunda, dividida em dois capítulos, uma revisão histórica da emergência do literato como figura proeminente no processo de construção da identidade nacional e dos temas que marcaram a imaginação dela é feita, notadamente o Indianismo dentro da tentativa de independência cultural; a emergência da República; e a questão do negro, como escravo e homem livre, e do miscigenado, dentro do contexto da emergência de teorias raciais e deterministas ao final do século XIX.

**Palavras-chave:** Nacionalismo; Romantismo brasileiro; Identidade nacional; literatura nacional; teorias raciais.

## ABSTRACT

The present work intends to analyse the contribution of literature in the process of formation and consolidation of the Brazilian National State between 1822 and 1910, focusing on the main themes related to nationality discussed by the country's intellectual *élite* during the aforementioned period. It is divided into two parts: in the first one, a theoretical summary on nationalism and national identity is presented and the process of national awareness by the Brazilian *intelligentsia* during the pre-independence period is discussed. In the second one, which is divided into two chapters, a historical review of the literate's emergence as a prominent figure in the process of construction of the country's national identity and of the themes that marked its imagination is made, notably the so-called Indianism while trying to develop a cultural independence; the emergence of the Republic; and the negroes, as slaves and free men, and *miscigenados* (interbred) matter in the context of the emergence of racial and determinist theories at the end of the 19<sup>th</sup> Century.

**Keywords:** *Nationalism; Brazilian romanticism; national identity; national literature; racial theories.*

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. AS BASES DA NAÇÃO.....	10
1.1 AS TEORIAS NACIONALISTAS.....	10
1.2 O SURGIMENTO DA CONSCIÊNCIA NACIONAL BRASILEIRA.....	12
2. O MOVIMENTO ROMÂNTICO E A CRIAÇÃO DA NAÇÃO.....	20
3. O NEGRO ENTRE A CRISE DO IMPÉRIO E A CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA.....	34
3.1. O NEGRO NA LITERATURA PRÉ-ABOLIÇÃO.....	35
3.2. O MOVIMENTO ABOLICIONISTA.....	39
3.3. AS TEORIAS RACIAIS.....	42
3.4. RAÇA E NAÇÃO NA REPÚBLICA.....	44
CONCLUSÃO.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56

## **Introdução**

*Qual a influência do meio social na obra de arte e qual a influência dela no meio?* (CANDIDO, 1965)

A indagação de Antonio Candido em seu *Literatura e Sociedade* serve de ponto de partida para o questionamento que este trabalho pretende responder: qual o papel dos literatos do século XIX e da primeira década do século XX na construção da identidade nacional brasileira e o alcance das ideias por eles desenvolvidas. A concepção à época da literatura como expressão por excelência dos Estados nacionais fez com que esse grupo intelectual fosse particularmente ativo no desenvolvimento da ideia da Nação Brasileira durante o primeiro século de independência.

O recorte temporal foi escolhido por abarcar os principais eventos da formação e consolidação do Estado nacional brasileiro e a concepção de nacionalidade que influencia o pensamento sobre o país até hoje. Dentro de um período de cerca de noventa anos foi feita a Independência do país, a consolidação de um governo monárquico apoiado por elites agroexportadoras, a abolição da escravatura, colapsando o modelo econômico vigente até então, ampliando a cidadania formal a cerca de 1/3 da população, e a instauração da República via golpe militar.

Além disso, existiu, até o movimento modernista de 1922, uma certa uniformidade literária acerca da representação do Brasil, marcada pela importação e adaptação de ideias estrangeiras e um patronalismo do governo, fazendo com que poucos escritores questionassem sua ideologia oficial. Um outro ponto de uniformidade é a concepção de identidade nacional como ligada ao meio e a raça, o que somente seria substituído nos anos 1930 pelo conceito de cultura. (LAJOLO, 2001)

O trabalho se divide em três capítulos e conclusão. No primeiro, fazemos um resumo das principais teorias acerca de nação, Estado e identidade nacional, incluindo aquelas que tratam da arte como forma de construção e evocação do espírito nacional. Na segunda parte do capítulo, há um resumo da progressão histórica do surgimento da consciência nacional brasileira e da noção de povo no país, por muito tempo associado à “peble” e excluído do processo político formal durante todo o período analisado.

No segundo capítulo, abordamos o movimento Romântico entre 1830 e 1870, período de surgimento da nação brasileira. A Independência e as insurreições populares do período regencial introduzem nos intelectuais a preocupação da definição do que seria essa nação e como sua noção poderia manter a integridade territorial do país. Com o Romantismo, tem-se o primeiro movimento literário organizado com essa função, levando à produção da primeira noção de pátria, baseada no vínculo ao território e no amor à terra e a valorização do índio como portador da história brasileira. (VELOSO e MADEIRA, 2000).

O terceiro e final capítulo discute a representação do negro e do mestiço na literatura brasileira em meio à emergência do movimento abolicionista e das teorias raciais científicas do final do século XIX que influenciaram os intelectuais do país, levando ao questionamento de qual seria o papel e o futuro do Brasil enquanto país mestiço. Esse momento é a primeira vez que a importação de ideias inaptas à realidade do país se torna verdadeiramente problemática, pois o racialismo fadava as raças não-brancas à inferioridade e incapacidade civilizatória. Com o país tendo grande parte da população negra, mestiça ou índia, o que seria feito de nós? A resposta vem por meio da “teoria do branqueamento”, criação de intelectuais proeminentes como Joaquim Nabuco e Silvio Romero, que viram nela uma forma de reverter o fardo à barbárie por meio da possibilitação da regeneração dos não-brancos via cruzamento com europeus.

A teoria do branqueamento mudou a face da nação brasileira, traduzindo-se politicamente no incentivo à imigração europeia dos anos 1890, que supriria a necessidade da mão de obra escassa desde o fim da escravidão e ainda clarearia a população por meio da reprodução com brasileiros. Essa década final do século XIX também é a do desencantamento, com a emergência de conflitos armados no território, sendo *Canudos* (1893-1897) o principal, e do governo com mão de ferro dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

O desencantamento com a República, regime do qual a maioria dos literatos era entusiasta, fez murchar o espírito do escritor engajado, fazendo com que os remanescentes da “Geração de 1870” se retirassem de cena, fechando-se na Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897, enquanto emergia uma literatura desinteressada no período da *Belle Époque*. O escritor crítico somente ressurgiria na década de 1920, com a subversiva *Semana de Arte Moderna*.



Por fim, o trabalho é concluído discutindo o alcance e a influência das ideias forjadas no período e como elas deram forma à concepção de nação brasileira e brasilidade que temos hoje.

## 1. As Bases da Nação

### 1.1. As Teorias Nacionalistas

Desde o século XVIII, movimentos nacionais têm movimentado a história do mundo, seja como motivador para a construção de Estados (como na desintegração do Império Austro-Húngaro após a I Guerra Mundial), como propulsor da emancipação de países sob domínio colonial (processo de descolonização africano e asiático surgido a partir dos anos 1950) ou, negativamente, como justificativa para conflitos intraestatais (como o conflito entre Tutsis e Hutus em Ruanda cujo ápice foi o massacre de 1994).

Apesar do papel de movimentos nacionais em momentos marcantes da história mundial, somente no século XX tornaram-se foco de estudo de acadêmicos, que elaboraram teorias e explicações para suas origens e modo de operar.

Dada a proposta deste trabalho, é impossível analisar o papel dos movimentos literários do século XIX na construção da identidade nacional brasileira sem que os conceitos-chave de nação, nacionalismo e identidade nacional sejam explanados, além de como operam os processos que dão sua significação e o papel da arte e da língua dentro deles.

Por ser um tema polêmico, há pouco (ou quase nenhum) consenso entre os teóricos que propõem estudá-lo. Há, por exemplo, o debate entre o primordialismo (nações são entidades existentes desde períodos imemoriáveis) e o modernismo das nações (são construtos oriundos dentro de um contexto histórico específicos), e a falta de precisão sobre o local de surgimento do nacionalismo. Diversos pensadores, entretanto, concordam que sua emergência se dá ao final do século XVIII, com a Revolução Francesa, com a identificação de Estado e povo em soberania popular. (Nascimento, 2003).

Para efeitos deste trabalho, assumiremos que nações são construtos, baseando-nos na posição de Hobsbawm (1990), para quem nações são entidades historicamente novas:

A 'nação' pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o 'Estado-nação'; [...] Além disso, com Gellner, eu enfatizaria o elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações. (Hobsbawm, 1990, p. 19)

Ainda segundo o autor, nação é um conceito moderno derivado da palavra latina *natio*, utilizada na Idade Média para designar estudantes em universidades europeias vindos de uma mesma região geográfica, passando gradativamente a referir, ao longo do tempo,

“conjunto de habitantes de um país, regidos por um mesmo governo” (1990, p. 27), tal qual registrado na “Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana”.

Em sintonia com a posição de Hobsbawm sobre a modernidade das nações, Benedict Anderson, em seu “Comunidades Imaginadas” postula que “o factor nacional e o nacionalismo são artefactos culturais de um tipo especial.” (Anderson, 2005, p. 23).

Em seu célebre livro, o cientista político define a nação como uma “comunidade imaginada” intrinsecamente limitada e soberana. Imaginada, pois seus habitantes têm uma imagem de comunhão uns com os outros mesmo sem se conhecerem ou terem contato direto; limitada, pois até a maior das nações tem fronteiras finitas, para além das quais se situam as outras nações; e soberana por anseiam ser livres, com o Estado soberano sendo o emblema disso. Esse anseio vem do contexto de surgimento de seu conceito, nascido durante o combate e destruição da legitimidade de reinos dinásticos e seu direito divino. Por último, é uma comunidade por ser concebida como uma agremiação horizontal e profunda.

Assim, a possibilidade de se imaginar a nação só surge quando, propulsionados pelo advento do capitalismo editorial, três axiomas antigos ruem: primeiramente, há a ascensão da língua vernácula em substituição ao latim, reduzindo a força da língua sagrada e fragmentando a ideia da comunhão universal por meio da religião; em segundo lugar, há a queda da dinastia divina e, em consequência, o fim da crença na hierarquia natural da sociedade; por último, há a alteração na concepção de temporalidade, antes considerada de forma cosmológica, o que levava à crença no fatalismo do tempo e identificando o homem ao cosmos.

Esses acontecimentos alteraram a percepção do homem acerca de si mesmo e da relação com o próximo, alterando as formas de solidariedade e busca pelo imortal, antes presente na figura da religião. A capacidade de registrar em papel fatos cotidianos de diversos lugares de um território faz com que seus habitantes tomem conhecimento de sua existência e sintam-se conectados. Ao mesmo tempo, a escolha de uma língua oficial para ser impressa lhe dá uma fixidez, fazendo-a parecer eterna, e sua padronização via escolarização a propaga, tornando possível a comunicação entre habitantes de diversas regiões do Estado, ajudando a criar a ideia de comunidade.

Outro autor que enfatiza o papel da língua na definição do tipo de interação do qual brota a nação é o alemão Otto Bauer. Para ele, a nação é uma “comunhão de destino”,

sendo esta uma experiência comum de mesmo destino de interação e comunicação contínuas oriundas da herança sanguínea e da transmissão oral dos bens culturais.

A ideia de nação seria ligada ao sentimentalismo, à nostalgia, pois o cidadão, ao imaginá-la, percebe que ela tem uma força efetiva na formação de seu caráter e daqueles que o cercam, reconhecendo-se como formado por seu destino e definido por sua cultura. O passado tem papel-chave na criação desse sentimentalismo, pois sua narrativa faz com que a ideia de nação ligue-se à de seu destino, à memória de lutas heróicas e esforços incansáveis do povo lutador antepassado, fazendo com que toda a ligação que alguém de hoje sinta com esse povo se transforme em amor a ela, a portadora desse destino multifacetado. É graças a esse aspecto que obras de arte nacionais podem surtir um efeito nacional, pois ela ensina a amar um pedaço da história da nação e, através dele, ela própria. Assim, quanto mais a educação universal, os jornais, as palestras e os livros recitam os destinos da nação, mais isso evoca um sentido nacional para com sua história nas grandes massas. (Bauer, 2000). Citando Hegel:

“Toda nação tem seu próprio conjunto de imagens, seus deuses, anjos, demônios ou santos, que vivem as tradições dela, e cujas histórias e feitos são contados pela ama-seca aos que estão sob seus cuidados, assim os conquistando ao lhes impressionar a imaginação [...]. Além dessas criaturas imaginárias, na memória da maioria das nações, especialmente das nações livres, vivem também os antigos heróis da história de seus países. [...] Esses heróis não vivem apenas na imaginação de suas nações; sua história, a recordação de seus feitos, liga-se a festivais públicos, competições nacionais, a muitas das instituições internas ou assuntos externos do Estado, a casas e bairros famosos, com monumentos e templos públicos.” (Balakrishnan, 2000, p. 213).

Bauer também postula sobre o chamado “princípio da nacionalidade”, força motriz na transformação do sistema estatal no século XIX. Por este princípio, toda nação deve formar um Estado, e todo Estado deve ser equivalente a apenas uma nação, e tem dois requisitos. O primeiro é o desejo de liberdade nacional, rejeitando a dominação externa, demandando um Estado para cada nação; o segundo é o desejo de unidade nacional, rejeitando o particularismo, demandando um Estado para a nação inteira. Essa posição também é compartilhada por Ernest Gellner (Hobsbawm, 1990), que define o nacionalismo como sendo o “princípio político que advoga a congruência entre Estado e nação” (Nascimento, 2003, p. 34). Esse teria sido o princípio que moveu muitos Estados europeus à Independência, mas a teoria é insuficiente para explicar formas de nacionalismo que não demandem necessariamente um Estado independente ou surgidas dentro de Estados-nações por causas econômicas ou de imigração (Nascimento, 2003).

Um melhor entendimento do que seria o nacionalismo e como ele opera é a associação que o sociólogo Craig Calhoun (1997) faz à “formação discursiva” postulada por

Michel Foucault (1977). O nacionalismo aqui é visto como um discurso, a produção de um entendimento cultural e uma retórica que molda a consciência das pessoas e as faz enquadrar suas aspirações em termos da ideia de nação e de identidade nacional, integrando a comunidade a partir do significado comum que seus membros atribuem a eventos, ações e tradições associados a seus elementos étnicos. O nacionalismo liga, assim, o indivíduo diretamente à nação, independente de suas outras formas de identidade e associação, como família, religião ou classe social, abarcando o todo.

Uma outra teoria para explicar o surgimento do nacionalismo e das nações é formulada pela socióloga Liah Greenfeld. Para ela, a construção do nacionalismo se dá com as mudanças socioculturais ocorrida na estrutura de sociedades hierárquicas, com mutações conceituais acompanhando a estrutura social. Assim, quando o povo começa a agir como elite, participando do processo decisório e exercendo soberania, o significado de nação é reforçado como representação da totalidade dos indivíduos de determinada comunidade.

Com o conceito de povo sendo igualado ao de nação, o “*populacho*” foi simbolicamente elevado à posição de elite, com todos tendo (teoreticamente) acesso igualitário ao poder. Isso transforma o povo em fonte de identidade nacional, passando a ser visto como o condutor da soberania, o objeto central da lealdade e a base da solidariedade coletiva. (Camargo, 2011).

A Inglaterra teria sido a pioneira no advento do nacionalismo, no século XVI, com o fim da Guerra das Duas Rosas e subsequente ascensão de Henrique VII, da Dinastia Tudor, ao poder. De forma diversa, Rússia e França foram os seguintes países a formar nações, com esta e a Inglaterra servindo como parâmetros de comparação e referência nos demais países ocidentais onde houve construções nacionais posteriores.

Nesse processo de construção nacional, unidades territoriais adaptam a realidade local ao conceito ou modelo do nacionalismo, modificando as ideias que o fundamentam segundo contextos sociais, atores e suas motivações. Nesta adaptação, ocorreram frequentemente reinterpretações de valores e histórias da comunidade voltadas a traçar um passado comum, acarretando em mudanças estruturais e culturais que, combinadas a aspectos psicológicos pré-existentes, podiam levar ao *ressentimento*. (Camargo, 2011).

O ressentimento, termo cunhado por Nietzsche, se origina da supressão psicológica dos sentimentos de inveja e ódio em relação ao outro, visto como potencialmente

superior. Ao se perceber inferior e incapaz de expressar esses sentimentos, passa-se a desvalorizar o objeto invejado e a ressaltar as qualidades do objeto possuído ou alcançável, num processo de *transvaloração de valores*.

Na dinâmica de comunidades, Greenfeld coloca que a articulação desses sentimentos se encontra na construção do nacionalismo em nações de desenvolvimento tardio. Nesse processo, características endógenas, tradicionais e culturais, que seriam aspectos únicos de determinada população, são valorizadas e colocadas como superiores àquelas de outras comunidades. O surgimento do nacionalismo alemão seria um exemplo de funcionamento desse mecanismo. Com o enriquecimento da Inglaterra e sua posição de superpotência mundial, teóricos alemães perceberam-se atrasados e inferiores a ela, e passaram a enaltecer o que seria autenticamente alemão, em contraposição ao percebido como autenticamente inglês. Assim, o romantismo alemão do século XVIII passou a enaltecer elementos como o sentimentalismo e a vida campestre em oposição ao racionalismo e industrialismo inglês.

O mecanismo de *ressentimento e transvaloração de valores* também pode ser aplicado ao Brasil na construção de sua identidade nacional. Segundo Camargo (2011), podemos traçar o sentimento de inferioridade das elites imperiais brasileiras ao considerarem os europeus como um povo mais “civilizado” em comparação ao brasileiro, formado majoritariamente por negros e mestiços iletrados. Assim, o movimento romântico brasileiro, surgido no pós-Independência, e sua busca por uma literatura verdadeiramente brasileira e seu enaltecimento do índio e da natureza do país surge de uma transvaloração em relação à cultura europeia, principalmente a portuguesa.

Um último aspecto de movimentos nacionais de interesse para o entendimento do caso brasileiro é também descrito por Hobsbawm em seu *Nações e Nacionalismo desde 1780* (1990) ao tratar sobre a perspectiva estatal em relação ao governo de um Estado nacional e seu cidadãos.

Com a consolidação do Estado moderno, sua dominação passa a ser diretamente exercida em cada habitante do território, e não por órgãos intermediários. Com isso, emergem dois problemas, um de natureza técnico-administrativa, consistindo na necessidade da criação de uma máquina administrativa de atuação composta por diversos agentes, colocando em questão a necessidade da educação da população elegível para a ocupação desses cargos; e um outro extremamente importante do ponto de vista político: a questão da lealdade e identificação dos cidadãos ao Estado e ao sistema dirigente.

A identificação do “povo” ou “nação” com os novos Estados era de suma importância para a legitimação de sua existência, pois a lealdade desde a Revolução Francesa não poderia mais se dar por direito divino, legitimidade dinástica ou coesão religiosa, fazendo com que Estados monárquicos tivessem de se ajustar ao novo conceito de nação. Além disso, a emergência de movimentos universalistas como o dos trabalhadores fazia com que os Estados tivessem, pela primeira vez, que competir com rivais pela lealdade das classes inferiores.

A emergência do conceito de soberania popular tornou o “povo” em cidadão, agora mobilizado por demandas e direitos políticos, tornando imperativo formular e implementar novas formas de lealdade cívica, dada a capacidade de expressão política que outras lealdades potenciais tinham. Essa lealdade ao Estado se traduz no *patriotismo*, uma “religião cívica”, capaz de incumbir nos cidadãos uma ideia de dever para com o Estado. A democratização seria uma forma de desenvolvimento de lealdade capaz de reforçar e criar o patriotismo, mas o meio mais utilizado foi o uso de meios de comunicação para a propagação de sentimentos e símbolos da comunidade imaginária.

O uso da maquinaria de comunicação, especialmente as escolas primárias, foi de grande importância na difusão da imagem e herança da nação e na adesão a ela, assim como ao país e à bandeira. De maneira frequente, tradições foram “inventadas” para estimular esse sentimento de apego e pertencimento, num esforço de engenharia social e ideológica capaz de homogeneizar as diferentes visões de pátria presentes em países heterogêneos, como a França pós-revolucionária ou o Brasil no período entre a Independência e a consolidação do II Reinado.

## 1.2. O Surgimento da Consciência Nacional Brasileira

Em 1822, o Brasil se torna independente, rompendo os laços coloniais com Portugal, e iniciando o processo de formação do Estado Nacional, cuja consolidação dar-se-á com o Segundo Reinado (1831-1889), quando as matrizes histórico-culturais do Brasil contemporâneo são forjadas (Mota, 2000).

Duas características são marcantes no processo de Independência brasileiro. A primeira é seu caráter continuista, com o "Grito do Ipiranga" não marcando uma ruptura radical dos laços coloniais mantidos com Portugal, o que pode ser exemplificado com a manutenção da casa de Bragança, na figura de Dom Pedro I, como governante. Um outro fator desse caráter é o *status* do Brasil dentro do Império Português desde a transferência da Corte para o Rio de Janeiro em 1808, o que o tornara independente, para todos os propósitos, da metrópole, culminando com seu alçamento a reino unido, em 1815, colocando-o ao mesmo pé de igualdade com Portugal, no recém instaurado Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. (Maxwell, 2000).

A segunda característica é que a instauração do Estado brasileiro se dá em meio à coexistência de múltiplas identidades políticas, fazendo com que o surgimento da nação brasileira se desse posteriormente à formação de seu Estado. Nas palavras de Jancsó e Pimenta (2000, pp. 132, 133): "Hoje é assente que não se deve tomar a declaração da vontade de emancipação política como equivalente da constituição do Estado nacional brasileiro [...]".

Apesar do caráter *a posteriori* da nação brasileira, pode-se falar na emergência de uma consciência nacional, ainda que dada a passos lentos e relativa a algumas camadas de determinadas elites regionais ao reconhecerem as divergências intransponíveis entre seus interesses e os de Portugal, cujo ápice se dá nas reuniões das Cortes Constituintes de Lisboa, ao longo dos anos 1821 e 1822.

Segundo Schwartz (2000), podemos traçar os princípios de identificação de determinados setores da população colonial como constituintes do "povo" brasileiro desde o final do século XVIII, com a absorção das ideias da Revolução Francesa e do Iluminismo por esses grupos coloniais. Dentre eles podemos destacar os membros da Conjuração Carioca, de 1794, oriundos da elite letrada do Rio de Janeiro e associados, como o poeta mineiro Silva Alvarenga, e a Sedição Baiana de 1798, formada, ao contrário da manifestação carioca, por



artesãos e escravos, brancos, pardos e negros, que pregavam a abertura dos portos e o fim da escravidão.

Para todos os efeitos, o Brasil colonial tinha uma população, mas não um “povo” orgânica e constitucionalmente vinculado ao corpo da política e ao rei, e essa população era vista com desconfiança pelos portugueses, apesar de seu papel vital na manutenção do Império Lusitano. Schwarz data como sendo 1602 a primeira vez em que ser nascido no Brasil é utilizado como elemento definidor de identidade e etnicidade, com pessoas de origem mista sendo consideradas a tal “gente da terra braziliense da nasção”. Ao mesmo tempo, “os membros pertencentes à nobreza da terra se consideravam leais vassalos e também pensavam em constituir a verdadeira população.” (Schwartz, 2000, p. 112).

Assim, as autopercepções e pensamentos sobre o Brasil dentro do contexto colonial dependiam fortemente da posição geográfica, social e cultural da população, produzindo diversas formas de identificação e diferença em relação ao europeu. Enquanto as elites da costa exportadora entre Pernambuco e o Rio de Janeiro eram altamente europeizadas e com laços estreitos com Portugal, colônias periféricas tinham uma população majoritariamente mista, que era vista cada vez mais com desprezo e desconfiança pela população branca, culminando com, no século XVIII, todas as pessoas de cor serem igualmente vistas negativamente e como desmerecedoras do *status* de povo da colônia, apesar do crescente sentimento nativista entre as elites da terra, e sendo classificadas como “plebe” tanto por estas quanto pelos governantes vindos de Portugal.

Já no século XIX, às vésperas da Independência, as identidades políticas emergem em diferentes níveis, não havendo coincidência entre pátria, país e nação. Segundo documentos analisados por Jancsó e Pimenta (2000), pátria é identificada como o local de origem, sendo ele a província, assim, tratava-se de uma distinção entre as pátrias paulista, pernambucada, bahiense, etc; a nação, a portuguesa, utilizada na alteridade em relação ao não português, como o espanhol, por exemplo; por último, há o país, o Brasil, que distingue o português americano do europeu. Assim, frente a um colono de outra província, diga-se São Paulo, um colono da Bahia se identificava como bahiense; frente a um colono espanhol, como português; frente a um português da metrópole, como um português americano, do Brasil.

A identidade política, entretanto, mantinha-se apenas no âmbito regional, da pátria, não abarcando o Brasil como um todo, que era não mais que uma abstração para os colonos, enquanto a apreensão do conjunto de províncias se dava de forma muito concreta

para a Metrópole. Assim, a “comunidade imaginada” não passava dos limites das fronteiras provincianas. (Jancsó e Pimenta, 2000).

Com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808, alteram-se as articulações entre as elites políticas das província, colocando-as subordinadas ao Rio de Janeiro, e não mais a Lisboa. Essa medida, aliada à ascensão do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarve, faz com que a identidade americana deixe de servir apenas para separar o português peninsular do de além-mar, acabando com a hierarquia entre eles e criando uma referência política palpável para o surgimento da identidade brasileira e da ideia de nação brasileira, ligada ao Reino do Brasil. (Jancsó e Pimenta, 2000).

Carlos Guilherme Mota (2000) destaca a Insurreição Nordestina, ocorrida em 1817, como ponto mais importante na descolonização do país, com seus rebeldes sendo presos no “Ateneu”, onde estudavam e mantinham-se a par do que acontecia no mundo, sendo “o primeiro embrião de uma escola de pensamento propriamente nacional de altíssima qualidade” (Mota, 2000, p. 213), e uma importante experiência pré-nacional. Com efeito, os ex-carcerários serão eleitos representantes de suas províncias para as Cortes de 1821, o momento em nossa história nacional em que constatamos, de fato, não sermos portugueses.

Em 1820, ocorre, na cidade do Porto, a Revolução Liberal, expressão da insatisfação da burguesia portuguesa que ficara na Europa e, após uma guerra e um protetorado britânico, vê-se arrasada economicamente e profundamente insatisfeita com os privilégios perdidos desde a inversão colonial que se dera com a transferência da Corte e o subsequente *Tratado de Aliança e Amizade* com a Grã Bretanha em 1810.

A convocação das Cortes Constituintes de Lisboa em 1821 dá força à concretização da ideia de Brasil dentre os representantes das províncias brasileiras em Portugal, onde corre um embate de interesses, com uma tentativa de “recolonização” do país pela burguesia comerciante portuguesa, enquanto os provincianos buscam assegurar a manutenção do sistema escravocrata, temerosos de uma revolta nos moldes da que ocorrera no Haiti ou que os ideais de “liberdade” propagados pelo Porto implicassem numa “igualdade” que estendesse a cidadania aos escravos e colocasse em cheque os interesses das elites produtoras do Brasil. (Maxwell, 2000).

A percepção dos representantes brasileiros nas Cortes de Lisboa de que seus interesses eram mais próximos entre si do que entre cada província e Portugal os articula

horizontalmente visando a garantir interesses que se apresentam como brasileiros, notadamente diferentes dos portugueses, enquanto do outro lado do Atlântico passa-se a perceber que o Brasil não necessita de Portugal para manter sua organização econômica, mas que, ao contrário, caso subordinado à decisão das Cortes, voltaria à sua posição colonial pré-1808. Diante deste cenário, Dom Pedro, declarado “Defensor Perpétuo do Brasil”, emite, em 7 de setembro de 1822, sua declaração de “Independência”. (Maxwell, 2000).

A partir daí, incia-se a construção de um projeto de sociedade, marcadamente (e ironicamente) simultaneamente liberal e conservadora, e da ideia de nação, para qual há um esforço de elaboração de sua história, reconstruindo seu passado em busca de seu momento de fundação e de quais seriam seus pais. Parodiando a frase de Massimo d’Azeglio, presente em Hobsbawm (1990 *apud* Nascimento, 2003, p. 39)<sup>1</sup>, o Brasil havia sido feito, agora ter-se-ia de fazer os brasileiros.

Intelectuais, eufóricos pelo sentimento de participação em um momento fundador e unidos de dever patriótico, debruçar-se-ão para tecer o DNA da nação brasileira, cristalizando uma visão de mundo que somente será abalada quase um século depois, com a Guerra do Paraguai, a Proclamação da República e a Guerra de Canudos. (Mota, 2000).

Em 1836, inspirados pelas ideias particularistas do Romantismo Francês, determinados intelectuais, liderados por Gonçalves de Magalhães, iniciam o primeiro projeto articulado de criação de uma arte definitivamente brasileira, visando a criar “no plano da arte o que fora a Independência na vida política e social” (Antonio Candido *apud* Mota, 2000, p. 227)<sup>2</sup>. É o primeiro passo para que a ideia da nação brasileira se torne, de fato, a “comunidade imaginada” por seus cidadãos.

---

<sup>1</sup> HOBBSAWM, E.J. Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 44

<sup>2</sup> CANDIDO, A. Formação da Literatura Brasileira. São Paulo: Martins, 1964, v. 2, p. 12

## 2. O Movimento Romântico e a Criação da Nação

Após a Independência do Brasil, em 1822, os homens (e as poucas mulheres) que começam a ter atuação política e literária no país encontram a tarefa de definir sua identidade política e cultural em face ao mundo. Num primeiro momento, imediatamente após a emancipação, há um movimento político visando a criar instituições que deem forma ao Estado autônomo. Feita essa estruturação, inicia-se o segundo período do século XIX, de características românticas, visando à construção cultural da nação e identificação dos habitantes da ex-colônia com a nação.

Com a abertura cultural do país dada na inversão colonial, passa-se a buscar na França as matrizes do desenvolvimento artístico e intelectual no país, com jovens indo para lá para completarem seus estudos e, com isso, absorvendo as ideias em voga no país e as retransmitindo para o Brasil. Graças a essa dinâmica, o movimento romântico brasileiro, que instaurar-se-á em 1836, tem forte influência do francês, nascido após a Revolução de 1789, em combate ao Iluminismo então em voga.

Podemos traçar as ideias românticas sobre “caráter nacional” ao final do século XVIII na Alemanha, com o teólogo Johann Gottfried von Herder, que seria inspirador do posterior movimento pré-romântico daquele país, o *Sturm und Drang*. Herder, criticando concepções estéticas do Classicismo, que consistiam na imitação das Civilizações Antigas, principalmente a greco-romana, defendeu a ideia de particularidade cultural de cada nação e de cada época, cujos valores deveriam ser julgados individualmente. Com o surgimento do *Sturm und Drang*, a crítica e história literária passam a ser abordadas sob uma ótica historicista, priorizando os elementos históricos e culturais relacionados ao surgimento da obra literária e ressaltando, assim, peculiaridades individuais, regionais e nacionais. (BALDO, 2006).

A Alemanha é o tema de um dos livros que inauguram o Romantismo francês, *De l'Allemagne*, escrito por Madame de Staël em 1810 e lançado somente em 1813, devido à censura, e que será lido pelos fundadores do Romantismo brasileiro. Nele, ela se opõe veementemente à cultura neoclássica, estilo oficial da França napoleônica, denunciando o artificialismo na repetição da arte clássica pelos franceses, colocando que a literatura alemã, romântica, teria muito de contribuir à francesa, já que o romantismo seria muito mais apropriado às condições modernas de ambas as nações. Além disso, ela foi uma das primeiras pessoas a afirmar que “a diferença de línguas, de limites naturais, as lembranças de uma

mesma história, tudo contribui para criar entre os homens estes grandes indivíduos que se chamam nações”. (STAËL, 1835 *apud* RICUPERO, 2004, p. 50)<sup>3</sup>.

Além de sua pioneira constatação sobre as nações, Madame de Staël também destaca, em *De la Litterature*, obra anterior a *De l’Allemagne*, que “existem [...] duas literaturas bastante distintas, aquelas que vêm do Sul e as que descem do Norte.” (STAËL, 1845 *apud* RICUPERO, 2004, p. 55)<sup>4</sup>. Com isso, inicia-se o pensamento da diversidade e especificidade das literaturas, separadas por territorialidade, em oposição às ideias universalistas classicistas, em que a estética clássica seria aplicável a qualquer lugar, em qualquer época.

A tradução dos ideais românticos franceses para a crítica literária brasileira se daria por outro francês, Ferdinand Denis, em 1826, ao publicar seu livro *Résumé de l’Histoire Littéraire du Portugal Suivi du Résumé de l’Histoire Littéraire du Brésil*. O autor foi o primeiro a traçar um esboço de visão histórica das manifestações literárias no Brasil colonial e propor um programa para a Literatura Brasileira, baseando-se nas ideias fundamentais do romantismo nascente, isto é, a volta para o passado histórico de cada nação, e a inspiração poética popular. Para ele, o país, que fora moldado pelo subjugo, deveria reconhecer-se em si mesmo, em suas especificidades americanas e em seu povo, e o momento propício seria aquele, de reorganização pós-Independência, abandonando a imitação europeia e tornando-se independente também literariamente. (CASTELLO, 1999).

No capítulo introdutório de sua obra sobre o Brasil, intitulado “considerações sobre o caráter que a poesia deve assumir no Novo Mundo”, o autor elabora um plano de propostas. Inicialmente, resume a história da América colonial subjugada, explorada e mantida em ignorância, situação modificada em princípios do século XIX, com o favorecimento do Brasil graças à Inversão Colonial, evidenciando a necessidade de buscar inspiração em fontes que verdadeiramente nos pertencessem, ao invés da tradição de cantarmos as glórias portuguesas. Em segundo lugar, afirma a necessidade de “tradições respeitáveis” para afirmar o Brasil e sua literatura: primeiramente, a nossa Independência seria evocada de forma comovedora com o passar do tempo; segundo, os povos exterminados pelos europeus conquistadores seriam objetos de nossas “fábulas misteriosas e poéticas”, e os costumes dos povos de “grandeza selvagem” seriam fonte do “maravilhoso, tão necessário à

<sup>3</sup> STAËL, G. De l’Allemagne. Paris: Librairie Garnier Frères, 1835, p. 6

<sup>4</sup> STAËL, G. De la Littérature. Paris: Charpentier Librairie-Éditeur, 1845, p. 222

poesia”, isto é, o heroísmo dos combatentes, sua resistência aos sacrifícios aos quais foram submetidos passariam a ser a inspiração para que nossos poetas pudessem criar. Em terceiro lugar, no nosso equivalente ao espírito dos tempos de cavalaria, o espírito heróico e aventureiro da Idade Média seria encontrado nas “viagens dos primeiros exploradores”. Em quarto lugar, ele reinsiste no abandono da inspiração na natureza estrangeira, europeias, substituindo-a pela americana, cheia de belezas, onde o homem vive com vigor e liberdade. Em quinto lugar, deveríamos reconhecer que a Europa também é parte de nossas raízes, cujos reflexos ainda existem em nós, e que de lá também podemos evocar “lembranças poéticas”. Por último, delineia os traços psicológicos do brasileiro, portador de “disposições naturais para receber impressões profundas”, resultantes de três raças: arrebatado, como o africano; cavalheiresco, como o português; e, sonhador e amante da liberdade, como o indígena. E as três raças teriam trabalhado junto na expulsão dos holandeses, momento decisivo em que afloram suas diferentes qualidades. (CASTELLO, 1999).

Almeida Garrett, poeta e introdutor do Romantismo em Portugal, também insistiu na necessidade da autonomia da literatura produzida no Brasil. Em 1826, no ensaio “Bosquejo da Literatura Portuguesa”, Garrett assinala Santa Rita Durão, Cláudio Manuel da Costa, Basílio da Gama e Tomás Antônio Gonzaga como autores brasileiros, mas contribuintes da Literatura Portuguesa. Destaca os três últimos, mas critica o receio “de se mostrarem americanos” de Cláudio Manuel e Gonzaga, também criticando o estilo afetado e *gongorista* daquele. Os criticados teriam um excesso de europeísmo, desprezando a riqueza e a variedade de cenas da majestosa natureza que os rodeava, enquanto Basílio da Gama teria cultivado uma poesia verdadeiramente nacional, legitimamente americana. (CASTELLO, 1999).

Assim, as elites intelectuais, sentindo-se na obrigação de ser úteis na missão de construção da pátria por meio da arte, ciência e política, encontram nas ideias românticas uma sistematização do sentimento patriótico que tinham. Com o lançamento, em Paris, da revista *Nitheroy*, em 1836, a literatura, “expressão dos Estados nacionais” por excelência (MADEIRA e VELOSO, 2000), passa a ser o principal veículo de construção de nacionalidade, exprimindo nossas características verdadeiramente nacionais.

A Literatura como coisa pública e o intelectual engajado patrioticamente não são, entretanto, novidades oriundas com a Independência, mas sim a expressão máxima de uma espécie de Iluminismo brasileiro iniciado no século anterior, no qual se desenvolveram o culto à ilustração e o sentimento de dever cívico do intelectual. Estes adquiriram uma importância e

eminência inesperadas na virada para o século XIX, dada a raridade e dificuldade da instrução, a escassez de livros e o destaque dado a eles devido à necessidade de recrutamento de funcionários, administradores, oradores, professores, etc. (CANDIDO, 2009).

Essa necessidade da presença do intelectual em funções públicas fez com que fosse ativo na vida social e lhe conferissem deveres de intervenção na vida pública, cercandoo, por parte do público, de uma auréola de simpatia e prestígio, indo além dos clássicos cargos de orador, jornalista ou jurista e também repercutindo no escritor, mesmo sem que suas obras fossem lidas. (CANDIDO, 2009).

Ainda segundo Candido (1965), na difusão do conceito do escritor militante social, podemos destacar Silva Alvarenga (1749-1814), fundador do grupo a *Sociedade Literária*, frequentado por alunos que futuramente participariam do movimento intelectual pré-independente. Ele difundiu, assim, não apenas a concepção do homem de letras como agente positivo na vida civil, como também um movimento que se propagou, buscando por meio cívico e intelectual a autonomia política e, conseqüentemente, a literária.

O escritor passou a adquirir consciência de si mesmo como homem público, incumbido de difundir as *luzes* e trabalhar pela pátria. Essa consciência grupal e seu conceito social se integram na forma da ideologia do nativismo, que logo tornar-se-ia nacionalismo, que então foi passada ao grande público de forma não literária, como o sermão, o artigo, o panfleto e a ordem cívica, e este aprendeu a esperar que os intelectuais os dessem palavras de ordem ou incentivo em relação aos problemas da jovem nação que surgia, resultando na primeira forma de contato vivo entre o escritor e leitores e auditores potenciais. (CANDIDO, 1965).

Esse desenvolvimento da função pública do escritor no primeiro quartel do século XIX propiciou o desenvolvimento de um certo público, ainda que restrito, e o papel social do escritor em conexão direta com o nacionalismo. Pela primeira vez, os escritores tomam consciência de si mesmos como um grupo, o que os leva, como tarefa patriótica, a tentar definir conscientemente uma literatura mais adequada à jovem nação, favorecendo entre criador e público relações vivas e adequadas à nova fase.

A concepção da literatura brasileira como algo a criar-se voluntariamente para expressar a a sensibilidade nacional, como ato de brasilidade, influencia profundamente a posição do escritor e sua receptividade, apresentando o escritor ao público como militante

inspirado da ideia nacional. Assim, o nativismo e o civismo funcionam como justificativa da atividade criadora, como critério de dignidade do escritor, como recurso de atrair o leitor e como valores a transmitir. (CANDIDO, 1965).

A primeira publicação intencionalmente nacional e patriótica do Brasil independente se deu em Paris, em 1836, na forma de revista, a *Nitheroy*, “revista brasiliense”, fundada por Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre e Torres Homem, que lá habitavam para estudar ou aperfeiçoar-se, o que fez com que entrassem em contato com as novas ideias literárias propagadas por Staël e Chateaubriand.

Com a epígrafe “Tudo pelo Brasil, e para o Brasil”, a primeira edição da revista tem, em seu comunicado ao leitor, a declaração dos autores em relação a suas intenções ao publicá-la:

“O amor do paiz, e o desejo de ser util aos ceus concidadaõs foram os unicos incentivos, que determinaram os auctores desta obra a uma empresa que, exceptuando a pouca gloria, que caberlhes pôde, nenhum outro proveito lhes funde.

Há muito reconheciam elles a necessidade de uma obra periodica [...] os acostumasse [os cidadãos] a refletir sobre objectos do bem commum, e de gloria da patria.

[...] reunindo em todas as suas forças para apresentar em-um limitado espaço conciderações sobre todas as materias, que devem merecer a seria attenção do Brasileito amigo da gloria nacional.

[...] desenvolvendo-se o amor ea sympathia geral para tudo que é *justo, sancto, bello e util*, veremos a patria marchar na estrada luminosa da civilisação, e tocar no ponto de grandeza, que a Providencia lhe destina.” (NITHEROY, REVISTA BRASILIENSE ..., 1836, pp. 5 e 6).

Apesar de publicada em outro país, o contexto brasileiro à época de sua publicação é extremamente favorável, tendo sido durante a Regência, período turbulento devido à eclosão de vários movimentos separatistas que punham em risco a integridade territorial do país. Logo, apesar da valorização da brasilidade em reação à presença portuguesa durante o Primeiro Reinado, a afirmação de um caráter nacional brasileiro unificador era de extrema necessidade até que se garantisse a paz nacional, o que somente se daria com a coroação de Dom Pedro II e a vitória de Caxias na batalha de Santa Luzia, em 1842.

A ideia principal da revista é que, depois de realizada a Independência política, dever-se-ia realizar progressos nos mais diferentes campos, da economia às artes, para que a nação jovem se aproximasse das outras nações “civilizadas”. Essa civilização, entretanto, conforme pregado pela nova escola Romântica, não seria sempre a mesma, variando suas



características conforme o país, com cada um devendo civilizar-se à sua própria maneira, desenvolvendo uma cultura própria. (RICUPERO, 2004).

A teoria do Nacionalismo literário brasileiro é inaugurada por Gonçalves de Magalhães em seu ensaio-manifesto sobre a história literária do Brasil. Baseando sua argumentação na ideia de que cada época e povo possuem um espírito sintetizador dos diferentes elementos presentes em variados contextos históricos e sociais (RICUPERO, 2004), ele traça um perfil histórico da literatura brasileira e culpa os três séculos de domínio colonial pela precariedade intelectual do país. Nossa literatura até então teria sido apenas imitação dos modelos antigos sugeridos pelas literaturas europeias, “uma grega vestida à francesa e à portuguesa, e climatizada no Brasil” (MAGALHÃES *apud* RICUPERO, 2004, p. 95)<sup>5</sup>, com nossos poetas tendo sido seduzidos pela paisagem e mitologia extracontinentais, ignorando a exuberante natureza que os cercava.

Assim como Ferdinand Denis, o poeta conclui que um meio como o brasileiro, tão exuberante em natureza, não teria como não inspirar os poetas, o que faria com que os primeiros habitantes do Brasil fossem, portanto, poetas já ao nascer. Ele também considera que, se se conhecessem os cantos indígenas, eles certamente influenciariam a poesia brasileira, tal qual o bardo gaélico Ossian teria influenciado a europeia. (RICUPERO, 2004).

Magalhães sugere que, para a nova situação política do Brasil, o Romantismo, e não o Neoclassicismo, seria a arte mais adequada, devendo recuperar a experiência dos nativos com a terra, portadores da singularidade brasileira, ao invés de reproduzir os modelos da Antiguidade.

O ensaio de Magalhães, baseando-se em Denis, fundamenta então as características do romantismo brasileiro: “o meio, representado por uma natureza exuberante, habitado pelo índio, portador da singularidade brasileira, devendo seus significados serem apreendidos pela especial sensibilidade do artista”. (RICUPERO, 2004, p. 96).

Assim, o Indianismo se torna a manifestação nacional brasileira romântica por excelência e o índio adquire o status mitológico de fundador nacional. Quase que simultaneamente ao surgimento do movimento literário no país, é escrito o primeiro poema indianista, em 1837, *Nênia*, por Francisco Rodrigues Silva.

---

<sup>5</sup> MAGALHÃES, G. e ARAÚJO PORTO ALEGRE. Cartas a Monte Alverne. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura. 1962, p. 146

A figura do índio é perfeita para manipulações ideológicas. Primeiramente, já estavam na terra antes da chegada portuguesa, possibilitando que sejam considerados os primeiros brasileiros. Eles também resistiram como puderam à colonização lusitana, tornando possível recorrer, se não à lembrança viva desses embates já esquecidos, pelo menos ao seu relato. (RICUPERO, 2004). Além disso, uma imagem positiva a seu respeito já se formava desde o século XVI, com os jesuítas reconhecendo sua condição de homem; com a abolição da sua escravatura em meados do século XVIII; com a cessão de títulos nobilárquicos a alguns chefes que auxiliaram na conquista e defesa do país nos séculos XVI e XVII; e, finalmente, a mitologia do Bom Selvagem, em voga na época. (CANDIDO, 2009).

Ainda segundo Candido (2009), índio àquela época já havia sido neutralizado, repellido ou dissolvido em parte pela mestiçagem, fazendo com que sua evocação não tocasse no sistema social, que tinha seus alicerces na exploração do trabalho escravo, o que levava qualquer reconhecimento de sua existência além de como instrumento de trabalho a assustar as elites. Com a escravatura como base da sociedade imperial brasileira, temiam-se os escravos (lembrança da revolta do Haiti), fazendo com que o negro fosse invisibilizado, somente entrando na cena literária no final do século, quando começa a ruir o regime servil. Trataremos deste tema no próximo capítulo.

O índio celebrado miticamente é aquele de regiões pouco conhecidas e, principalmente, o do passado, podendo então ser modificado segundo a imaginação, transformando-o num modelo ideal. (CANDIDO, 2009). Assim, ao evocar o índio pré-cabralino, os autores românticos, a exemplo de Gonçalves Dias, podem narrá-los com uma aura e qualidades guerreiras análogas às dos cavaleiros medievais europeus, o que torna sua recepção bem propícia na situação de um Brasil com as lutas do período regencial ainda frescas na memória.

Em seus poemas indianistas, Gonçalves Dias canta os combates principalmente dos tupis contra outros indígenas, igualmente valorosos como adversários, fazendo com que os índios de sua predileção possam dar provas de coragem. Por outro lado, coloca Ricupero (2004), as lutas constantes são sinal de que os tupis já viveriam uma decadência antes da chegada dos colonizadores, o que teria facilitado a conquista.

Gonçalves de Magalhães também publica um poema épico indianista, *A Confederação dos Tamoios*, em 1856, que é recebido com entusiasmo pelo Imperador. Nele, a resistência dos tamoios, aliados aos huguenotes da França Antártica, ao invasor português é

narrada, com a confederação tendo surgido devido ao assassinato de Comocim, morto ao defender sua irmã Iguazu, ameaçada por alguns colonos. Os tamoios e franceses perdem, mas a luta leva à fundação do Rio de Janeiro, cidade destinada ao futuro. (RICUPERO, 2004).

Ricupero também coloca que as origens da nova nação a partir da Guanabara é um dos principais motivos do poema, deixando clara a vinculação do projeto literário de Magalhães ao projeto político do Segundo Reinado, com o autor dedicando-o ao novo Imperador. Outro motivo importante no poema é o elogio ao americano em oposição aos portugueses, posição explicitada com o elogio do autor à brasilianidade de Dom Pedro II.

O recurso de Magalhães, a glorificação do índio em oposição ao português, é típica do primeiro momento pós-Independência do país, marcado pelo *ressentimento* teorizado por Greenfeld, em relação ao colonizador na tentativa de afirmação da autonomia brasileira. “Assim, o indígena passa a ser o *portador* da história brasileira, cujas características são elevadas à identidade do *brasileiro*” (CAMARGO, 2011, p. 84), em contrapartida ao colonizador estrangeiro.

Com a consolidação do Estado brasileiro, a temática muda, com a necessidade de autonomia sendo substituída pela discussão de como construir uma nação em cuja a influência do conquistador é inegável. Assim, a negação do português passa a ser substituída pelo tema da mestiçagem entre ele e o índio, mantendo ausente a menção à presença negra. (RICUPERO, 2004).

Nessa nova fase do Romantismo, o destaque indubitável é de José de Alencar e seus romances. Como coloca José Guilherme Merquior,

“José de Alencar foi o patriarca da literatura nacional plenamente, isto é, *lingüísticamente*, constituída. Em *Iracema* ou *Lucíola* se consuma o aparecimento definitivo de uma língua literária inequivocadamente brasileira. [...] Alencar é o fundador da tradição viva da nossa literatura.” (MERQUIOR, 1977, p. 85).

Alencar surge no cenário literário no meio de uma polêmica ao criticar o poema de Magalhães, assinando anonimamente sua crítica, e envolvendo até Dom Pedro II na defesa deste, assinando como “o outro amigo do Poeta” (o primeiro amigo a defendê-lo foi Porto Alegre). Alencar julga que o poema não está à altura da ambição do autor em escrever o grande poema nacional brasileiro, sustentando que o retrato do Brasil feito por Magalhães é artificial, praticamente sem se diferenciar daquele que seria feito por um estrangeiro. Para ele, a literatura nacional não se faz somente de temas brasileiros, mas também de formas literárias adequadas à melhor expressão da experiência da sociedade da qual provém o autor. E ele

acredita ser o romance, e não a epopeia, o gênero mais adequado à época. (RICUPERO, 2004).

Em seus romances indianistas, Alencar triunfa na criação de um mito de origem para o Brasil e os brasileiros (RICUPERO, 2004), a chamada “simbiose luso-tupi” (FIGUEIREDO, 2000), em que a nossa nação nasce do encontro da natureza (índio) com a cultura (europeu), simbolizada por Moacir, filho da índia Iracema com o português Martim.

Alencar, junto a Joaquim Manuel Macedo, Franklin Távora, Bernardo Guimarães e Visconde de Taunay, foi um dos romancistas que descreveram o Brasil em seus lugares, cenas, fatos e costumes, fazendo de suas obras verdadeiras formas de pesquisa e descoberta do país, além de instrumento de interpretação social. Podemos separar esses romances em três tipos, os de costumes, que narram principalmente a vida da emergente burguesia urbana, principalmente do Rio de Janeiro; o regionalista, descrevendo as zonas rurais afastadas dos centros urbanos, onde vivia o público leitor; e o histórico, dentro do qual encontram-se os romances indianistas alencarianos de fundação, em especial *Iracema* e *O Guarani*, que serão tratados mais a frente.

De influência marcadamente balzaquiana, o romance de costumes, como *Lucíola* (1862) ou *Senhora* (1875) de Alencar, ou mesmo *A Moreninha*, de Macedo, inaugurador do gênero em 1844, é de interesse por narrar a vida cotidiana dos centros urbanos da época. Para o público contemporâneo à obra, o retrato de sua vida gerou uma identificação com o que era publicado, cativando-os e formando um público leitor fiel, ainda que rarefeito devido ao baixo nível de escolaridade da época. Observando os elementos das narrativas, vemos sempre a presença da leitora, o que indica que, apesar do patriarcalismo da sociedade, havia a escolarização das mulheres, e que de fato os autores estavam sendo bem sucedidos na missão de sedução e formação de um público leitor. (LAJOLO, 2001).

Os anos de proibição à imprensa no Brasil colonial e a falta de investimento da Coroa Portuguesa na educação na colônia nos legou altas taxas de analfabetismo, um sistema escolar insatisfatório, poucas bibliotecas e gabinetes de leitura, e um número insignificante de editoras e livrarias. (LAJOLO, 2001). Por exemplo, em 1870 tínhamos 84,25% da população analfabeta. (RICUPERO, 2004). Essa escassez de meios de transmissão da palavra escrita marcou a literatura brasileira com a oralidade, tornando a leitura um hábito coletivo, uma forma de socialização familiar, com membros da família e agregados se reunindo em torno de um lampião para ouvir a história narrada como um meio de educação para a leitura (e/ou

escuta) literária: "Nada a estranhar, portanto, que tantas moçoilas, titias, rapazes e matronas, em meio às peripécias que vivem no romance do século XIX brasileiro, sejam flagrados com livro aberto nas mãos, lendo." (LAJOLO, 2001, p. 96).

Dentro de um país com dimensões continentais, de zonas tão separadas, com formações históricas diversas e identificações regionais se sobrepondo à nacional, o romance regional adquire extrema importância. Por meio da leitura de uma narrativa sobre uma região distante, mas dentro do próprio país, o leitor passaria a ter conhecimento dela, desenvolvendo uma relação afetiva, de reconhecimento do pertencimento de si e do outro da região descrita, mesmo que exótica a seus olhos, ao uma unidade maior, o Brasil. Dentre esses romances, podemos destacar *O Cabeleira* (1876), de Franklin Távora, *O Gaúcho* (1870), de Alencar, e *Inocência* (1872), do Visconde de Taunay, provavelmente o mais emblemático de todos os romances do gênero e precursor do uso do sertanejo como protagonista, o que será retomado por Euclides da Cunha em *Os Sertões* (1902).

Dessa diversidade de gêneros romancescos dos Românticos, propulsada pela tarefa patriótica de construção de uma identidade nacional, o destaque indubitável é do romance indianista alencariano, o mais importante na formação de uma imagem mítica do Brasil que se cristaliza em meados do século XIX.

Apesar de o índio já ter sido utilizado com maestria por Gonçalves Dias nos anos 1840 em seus poemas como forma de reflexão sobre a posição do mestiço (ele mesmo filho de pai português e mãe cafuza) dentro de uma sociedade escravista, onde não há lugar para aquele que não pertence nem à senzala, nem à casa-grande (RICUPERO, 2004), é nos romances de Alencar que encontramos-no em sua posição de antepassado mítico fundador do brasileiro junto ao português. De fato, é com a narrativa histórica alencariana que se dá início à ideia de que a cultura brasileira se fomenta na mistura, ideia que permeará o pensamento sobre o Brasil nos séculos subsequentes.

No prefácio ao romance *Sonhos d'Ouro*, de 1872, "Bênção Paterna", Alencar reconhece três momentos da nossa formação: O primeiro, o "das lendas e mitos da terra selvagem e conquistada"; o segundo representado pelo "consórcio do povo invasor com a terra americana", em que conquistador e conquistado se assimilam mutualmente, alimentando o processo da "gestação lenta do povo americano que deveria sair da estirpe lusa para continuar no Novo Mundo as gloriosas tradições de seu progenitor"; o terceiro, a partir da Independência, voltado à sociedade brasileira contemporânea e rural. (CASTELLO, 1999).

Baseando-nos na própria linearidade apontada por Alencar, o romance *Ubirajara*, de 1874, situa-se no primeiro momento, propondo espaços primitivos e grandiosos da terra selvagem a ser conquistada, habitada pelo herói-título do romance, uma espécie de herói clássico com trajes de bom selvagem. Guerreiro e cavalheiresco, o herói simboliza os valores do guerreiro americano cujas qualidades são ressaltadas pela presença lírica da mulher amada. Esse índio valoroso, guerreiro e honrado é o habitante original americano pré-contato com o europeu, sendo o ancestral daqueles que se misturarão aos portugueses para dar origem ao brasileiro.

O segundo momento de nossa formação seria o de primeiro contato entre branco e índio, que se assimilam para futuramente dar início a um novo povo, adequado a um Novo Mundo. Esse segundo momento se desenvolve na narrativa de *O Guarani*, de 1857, em que o índio simbolizado por Peri prova seu valor em face ao europeu, mostrando-se tão digno quanto o antepassado lusitano, e tornando-se “civilizado” ao aceitar cristianizar-se.

Alencar admite a idealização do índio herói de seu romance, Peri, colocando que “n’*O Guarani* o selvagem é um ideal, que o escritor intenta poetizar, despindo-o da crosta grosseira que o envolveram os cronistas, e arrancando-o ao ridículo que sobre ele projetam os restos embrutecidos da quase extinta raça”. (ALENCAR, 1990 apud RICUPERO, 2004, p. 166)<sup>6</sup>. A trama da obra se desenvolve a partir do amor dele por Cecília, filha de um fidalgo português, D. Antônio, nascida no Brasil. Representando a mulher pura, quase etérea, Cecília se contrapõe a sua irmã bastarda, oficialmente sua prima, Isabel, filha de D. Antônio com uma índia, representando a sensualidade da mestiça da terra.

Cecília e Peri são puros, porém de maneiras diferentes. Enquanto ela tem uma pureza advinda dos ensinamentos cristãos e da civilização, a dele é espontânea, independente de qualquer ensinamento. Ele não tem a moral cristã, o que faz com que somente tenha devoção a Ceci (como gosta de chamá-la), podendo dedicar-se inteiramente a ela, numa espécie de servidão involuntária que o engrandece.

Peri e os outros índios, os aimorés, representam a América e a natureza, mas há uma diferença crucial entre eles: enquanto estes mostram-se inimigos de D. Antônio, sitiando-lhe a casa, são considerados bárbaros, Peri é quase nobre, mostrando-se bravo e honrado ao defender a família de D. Antônio, além de demonstrar qualidades análogas às do nobre europeu quando na floresta, como se fosse “um cavalheiro português no corpo de um

---

<sup>6</sup> ALENCAR, J. Como e Por Que Sou Romancista. Campinas: Pontes. 1990, p. 61

selvagem”. (ALENCAR, 1993 *apud* RICUPERO, 2004, p. 169)<sup>7</sup>. Assim, as qualidades positivas e negativas dos índios se dão de acordo com sua relação com os brancos, com a submissão a estes sendo um traço de nobilidade. (RICUPERO, 2004).

Com sua conversão ao cristinianismo, Peri finalmente é visto como inteiramente nobre, podendo ser aceito como tal, tornando-se digno de união com Ceci. Ambos são americanos e nobres, ele de uma forma natural que aceita ser civilizado pelo cristianismo, ela de forma já civilizada. Ao sobreviverem ao cerco à casa de D. Antônio, Ceci decide viver com Peri na selva, e uma chuva forte cai sobre eles, levando a um dilúvio como o bíblico. Os dois protagonistas se beijam e saem em uma canoa improvisada em direção ao horizonte, ficando subentendido que chegarão a uma terra nova, onde iniciarão um novo povo, o brasileiro.

O que fica subentendido em *O Guarani* é explicitado em *Iracema*, publicado em 1865, com o subtítulo de *Lenda do Ceará*. Nele, Martim, o “nobre guerreiro português”, representa a civilização, enquanto Iracema, “a virgem dos lábios de mel”, é a natureza que o seduz. Desta união nasce Moacir, “o nascido de meu sofrimento”, o primeiro cearense (e, por analogia, o brasileiro) fruto das duas raças.

É importante ressaltar que Moacir não se origina da violência da natureza pelo colonizador, mas da sedução deste por ela. Martim, entretanto, incapaz de se integrar à vida entre os índios, apesar de seu amor à virgem, e ainda com lembranças de outra mulher, uma portuguesa, abandona Iracema, fazendo com que ela se sacrifique após o nascimento do filho. Esse sacrifício, coloca Ricupero (2004), sugere que no consórcio entre civilização e natureza, Europa e América, o elemento nativo tem importância sobretudo como lembrança, incorporada à civilização, de origem européia.

Figueiredo (2000) coloca que o deslocamento de Iracema do interior ao litoral e sua morte lenta ao longo do caminho indica uma impossibilidade de se fixar uma origem pura para a nação. Aquele que nasce na praia, linha de encontro entre o nativo e o português, é quem sobreviverá, o ser de fronteira, único ponto de partida possível para uma nacionalidade híbrida. A morte de Iracema se torna etapa necessária do processo civilizatório, com o sacrifício da cultura indígena em prol da do colonizador sendo condição para o surgimento desse ser. A origem do brasileiro então se daria pela incorporação da natureza, os valores americanos, pela cultura, a civilização europeia.

---

<sup>7</sup> ALENCAR, J. O Guarani. São Paulo: Núcleo. 1993, p. 41.

Vale ressaltar também que, apesar da notável ausência de qualquer menção à escravidão, o que caracteriza tanto Peri quanto Iracema é sua submissão aos europeus, o que é narrado quase em tom de elogio. Então, mesmo sem a explicitação da condição, há praticamente uma exaltação da submissão voluntária dos grupos sociais subalternos. Alfredo Bosi, citado por Ricupero, chega a falar num “complexo sacrificial na mitologia romântica de Alencar”, em que a “nobreza dos fracos só se conquista pelo sacrifício de suas vidas”. (BOSI, 1992 *apud* RICUPERO, 2004, p. 175)<sup>8</sup>.

No posfácio de *Iracema*, intitulado “Carta ao Dr. Jaguaribe”, Alencar critica o poema épico não concluído de Gonçalves Dias, *Os Timbiras*, alegando que os selvagens dele falam a linguagem clássica e expressam ideias próprias do “homem civilizado”, o que seria inverossímil se estivessem no estado da natureza. Para ele:

“[...] o poeta brasileiro tem de traduzir em sua língua as ideias, embora rudes e grosseiras, dos índios; [...] é preciso que a língua civilizada se molde tanto quanto possa à singeleza primitiva da língua bárbara; [...]

O conhecimento da língua indígena é o melhor critério para a nacionalidade da literatura. [...] É nessa fonte que deve beber o poeta brasileiro; é dela que há de sair o verdadeiro poema nacional, tal como eu o imagino.” (ALENCAR, 1992, p. 91).

A “simbiose luso-tupi” se completa no campo linguístico. Para Alencar, não haveria como narrar a nação brasileira sem que fosse de forma à brasileira, e para isso a reprodução dos cânones linguísticos portugueses não servia. Se a natureza havia sido incorporada à cultura lusitana na formação da brasileira, a literatura deveria refletir a língua que se origina dessa mistura, reproduzindo o português modificado no Brasil. O escritor não deveria se propor a fazer uma literatura brasileira com o falar europeu, pois isso seria artificial. Ou, nas próprias palavras do autor: “O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pera, o damasco e a nêspira?”. (ALENCAR, 1965 *apud* FIGUEIREDO, 2000).

Assim, o projeto nacional literário romântico se consolida com Alencar, que não somente cria o mito fundador do país, como também divulga a necessidade da escrita à brasileira, que marcará a linguagem literária a partir de então. Como coloca Pesavento (1999), estabelece-se a tríade do colonizador branco como cultura, o índio como natureza e o negro como coisa, ferramenta, utensílio. E essa falta de personalidade da senzala justifica sua ausência, pois reconhecer o escravo como pessoa é reconhecê-lo como portador de direitos e voz, o que faria ruir toda a estrutura societária brasileira imperial.

---

<sup>8</sup> BOSI, A. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras. 1992, p. 179



Como coloca Ricupero (2004), muito do sucesso literário de Alencar parece advir de sua identificação com as ideias dominantes de seu meio, fazendo com que o público visse nele o seu autor. Além disso, excetuando-se os autores da *Nitheroy*, nenhum escritor do período questiona a visão de mundo da época, alinhando-se com a posição agrícola-colonial mantida pela elite governante do Império. O próprio Imperador atuava como mecenas dos artistas, chegando a atuar diretamente na publicação de alguns autores, como fizera com *A Confederação dos Tamoios*, de Magalhães. Candido (1965) nota que foi tendência não somente durante o Império, mas também na República, que a legibilidade do autor muito deviu a seu conformismo aos padrões correntes, à expressão dos anseios de todos, à expressão ou reprodução de sua realidade.

Seja por proximidade ao Imperador, vontade de agrado ao público ou expressão de ideias próprias sintonizadas com àquela da elite governante, é fato que durante o auge do Império, este não foi questionado, nem suas estruturas. Somente após a crise de 1868, que marca o declínio imperial, é que a literatura passará a questionar a forma de governo e a autoridade de D. Pedro II, e a estrutura social e produtiva do Brasil. Assim, a partir da década de 1870, entra em declínio a idealização do Romantismo e surge uma literatura propagandista, com os intelectuais do período se engajando nos debates sobre o Abolicionismo e o Republicanismo.

### 3. O Negro entre a Crise do Império e a Consolidação da República

A introdução do negro na literatura e no debate político do século XIX se dá no contexto da crise do Império, iniciada em 1868, em decorrência principalmente da desgastante Guerra do Paraguai (1865-1870), levando à quebra do espírito de conciliação entre as elites agrárias e o governo central vigente até então, e alterando a dinâmica política e intelectual do país.

Em 1850, o tráfico negreiro havia sido encerrado e, apesar disso, quase duas décadas depois a escravidão permanecia como fonte de mão de obra, tanto nos decadentes engenhos de açúcar do Nordeste como também nas novas e prósperas plantações de café do Centro-Sul. A manutenção dos privilégios da elite escravocata era o amálgama da política brasileira, e nem o Imperador, tido como “humanitário”, se atrevia a questionar esses privilégios e acabar com a escravidão.

Até o início da Guerra do Paraguai, o Brasil era um “tradicionalismo jesuíta, apoiado numa economia agrária e numa ideologia ‘romântica’”. (SKIDMORE, 1976, p. 23). Com o conflito, muitos membros da elite brasileira passam a reavaliar o conceito de nação, percebendo o atraso do país em áreas como educação e transporte. O desenvolvimento da urbanização fez com que se iniciasse a construção de um grupo social com interesses distintos do agrário, que dominava a política. Além disso, com a Guerra, os militares passam por uma tomada de consciência que elevará seu prestígio e levará a seu reconhecimento como classe importante no país, abrindo caminho para o golpe fundador da República em 1889.

A absorção de ideias positivistas questionadoras da estrutura de privilégio na política (monarquia), na economia (escravatura), na religião e na educação, aliou-se à insatisfação dos membros do Partido Liberal com a dissolução, pelo Imperador, do gabinete de Zacarias e a subsequente vitória fraudulenta do Partido Conservador, levando à fundação do Partido Liberal Radical em 1868 e a subsequente origem, em 1870, do Partido Republicano, ainda mais radical. Por último, a imagem divulgada, por aliados do Paraguai, de um Império anacronicamente escravocata, fez com que membros da elite intelectual e o próprio Imperador se preocupassem com sua reputação internacional, percebendo como a escravidão os prejudicaria na aceitação, por países considerados civilizados, do Brasil entre eles. Esses fatores fomentaram as bases para que um grupo de intelectuais, principalmente do Recife, passassem a lutar pelo fim da escravidão, fazendo surgir o movimento Abolicionista.

Apesar do papel fundamental dos abolicionistas na libertação do negro e em sua visibilidade, desde o fim do tráfico ele entrara no pensamento intelectual do país, aparecendo em obras de alguns escritores românticos, ainda que não na posição de nobreza dada ao índio, que havia sido tão valorizado a ponto de famílias da elite passarem a adotar sobrenomes indígenas em prol dos portugueses e se gabar de ter (inventados) antepassados indígenas. (CANDIDO, 2009).

### **3.1. O Negro na Literatura Pré-Abolição**

A primeira aparição literária do escravo se dá em 1856, no romance *O Comendador*, de Pinheiro Guimarães. O que se dará neste e nas obras subsequentes é a criação de um estereótipo do escravo, primeiramente dividido em “Escravo Fiel” e “Escravo Desprezível”, com sua qualidade sendo atrelada à sua passividade e fidelidade, mas sem questionar a instituição da escravatura em si. Mesmo o escravo “fiel”, “nobre” ou “sofredor” era marcadamente inferior, apesar de haver uma certa forma de redenção de sua natureza devido à fidelidade ao branco, e em qualquer situação literária em que ele estivesse em posição de superar o branco ou de mostrar algum grau de integridade moral ou educação, sua cor não era mencionada, ou se salientava que era branca, tal como a famosa Isaura, protagonista do romance do abolicionista romântico Bernardo Guimarães publicado em 1875. (BROOKSHAW, 1983).

Isaura era filha de uma mulata escrava e um pai de linhagem portuguesa nobre, e seus traços europeus e educação são sempre ressaltados, enquanto a outra escrava mulata, mas com traços mais africanos, Rosa, contrasta com sua delicadeza, sendo retratada como sensual, ciumenta e vingativa, a completa antítese da protagonista e precursora da mulata que se consagraria na literatura da escola Naturalista e, mais posteriormente, nas obras de Jorge Amado.

Brookshaw também ressalta que a intenção de Guimarães, abolicionista, era de desenvolver a simpatia do público leitor para com o escravo, não podendo então dotar uma pessoa escura de qualidades superiores, para não ofender as suscetibilidades de um público leitor pró-escravatura ou pôr em dúvida toda a estrutura étnica e social do Brasil. Além disso, ainda que interessado na libertação dos escravos, o autor (e isso é válido para os outros abolicionistas) não deixa de ter e sentir os valores de seu meio e época, sendo vítimas também de todos os preconceitos e intolerâncias que rodeavam a questão da raça e da cor.

Em oposição à imagem do escravo nobre, emerge o estereótipo do escravo demônio, refletindo o preconceito tradicionalmente enraizado na sociedade brasileira de que o negro é um degenerado moral, representando um perigo à moral cristã da família branca que o possui. A peça *O Demônio Familiar* (1859), de José de Alencar, é um marcante retrato dessa visão, que seria reforçada na literatura abolicionista pós-Lei do Ventre Livre (1871), sobrepujando-se, junto ao estereótipo do escravo imoral (sedento por sexo com o seu senhor), à anterior visão positiva do negro fiel. (BROOKSHAW, 1983)

Ainda que determinados autores abolicionistas atribuíssem a selvageria do negro à sua condição de escravo, como fizera Joaquim Manuel Macedo, Fagundes Varela, ou José do Patrocínio, eles não deixam de transparecer seus preconceitos raciais, caracterizando a escravidão como perigosa aos senhores, causando a simpatia deles à causa devido ao medo da contaminação pela imoralidade do negro, e não por considerar a condição como inerentemente imoral. A Abolição serviria então para livrar o homem branco do flagelo da escravidão.

A crítica à escravidão como uma situação abusiva e prejudicial ao escravo, destituindo-o de sua humanidade, é feita por Castro Alves em seus poemas e peças. De fato, o baiano foi um dos poucos escritores brasileiros do século cujo sentimento antiescravista era baseado na ética humanitária de Victor Hugo, e cujos esforços se baseavam em uma genuína simpatia com a condição dos escravos. Apesar disso, foi incapaz de livrar-se totalmente dos preconceitos raciais, fazendo-o tratar do oprimido a partir de uma visão idealizada e com um certo medo. (BROOKSHAW, 1983).

Ainda que visse os negros como descendentes da maldição de Caim que se abatera sobre a África, retratando o continente como desafortunado, ela é personificada na figura de uma mãe que chora a desgraça da qual é vítima em *Vozes d'África*. O negro vítima, aliás, é protagonista de um dos principais poemas de Castro Alves, *O Navio Negreiro* (1869), no qual destaca a desumanidade que marcava o tráfico de escravos e condena a convivência brasileira:

“[...]”

Que cena infame e vil... Meu Deus! Meu Deus! Que horror!

[...]”

Ontem plena liberdade,

A vontade por poder...

Hoje...cúm'lo de maldade,  
 Nem são livres p'ra morrer...  
 Prende-os a mesma corrente  
 - Férrea, lúgubre serpente –  
 Nas roscas da escravidão.  
 E assim zombando da morte,  
 Dança a lúgube coorte  
 Ao som do açoute...Irrisão!...

Senhor Deus dos desgraçados!  
 Dizei-me vós, Senhor Deus,  
 Se eu deliro... ou se é verdade  
 Tanto horror perante os céus?!  
 [...]”.

(ALVES, Castro, 2013, pp. 20, 24).

A vitimização do negro é feita de tal forma que em praticamente nenhum poema é atribuído o movimento de reação ou de revolta a ele, marcado pela atitude resignada. (FILHO, 2004). No próprio *Navio Negreiro*, a libertação é bradada e apelada aos “heróis do Novo Mundo”, a Andrada e a Colombo, mas jamais a Zumbi dos Palmares, sendo que àquela época a resistência escrava e a formação de quilombos era bastante ativa e noticiada. À exceção de alguns poemas em que há a vingança do cativo, como em *Bandido Negro* ou *A Criança*, eles jamais esboçam reações de resistência ou tentativa de libertação, ficando à mercê da bondade do branco para tal.

Em sua peça *Gonzaga ou a Revolução de Minas* (1867), o baiano expôs sua visão sobre o caráter destrutivo da escravidão para o escravo, cujo senso de responsabilidade é corroído por sua situação, podendo ter consequências desastrosas quando o senhor é perverso, como ocorre com a cativa Carlota na peça, que involuntariamente denuncia Tomás Antônio Gonzaga às autoridades, por reflexo das qualidades morais de seu senhor. Luiz, pai de Carlota, entretanto, fora alforriado por Gonzaga, seu antigo dono, e por isso está munido de seu próprio senso de responsabilidade, decidindo segui-lo no exílio por lealdade a ele e à causa da Independência brasileira. Assim, apesar de cair em alguns preconceitos raciais de sua

época (como retratar Carlota como quase branca), Castro Alves contrapõe à ideia de que a casta negra escrava era depravada por tradição a de que sua responsabilidade moral era destruída pela desumanização proporcionada pela escravidão. (BROOKSHAW, 1983).

Por mais que a visão do poeta não seja completamente livre dos estereótipos de sua época, ele é um dos poucos, se não o único, escritor abolicionista a verdadeiramente considerar o negro um ser humano por direito nato. Ainda que não dê voz a ele, o baiano “se comporta como um advogado de defesa que quer comover a plateia e provar a injustiça da situação que denuncia”. (FILHO, 2004, p. 164). Para tanto, assimila seu caráter aos ideais de comportamento da raça dominante, branqueando sua figura moral e facilitando a identificação simpática das plateias burguesas com os sofrimentos do escravo, como coloca Merquior (1977). Seu “brado de revolta contra a escravidão” faz com que a problemática do negro escravo ganhe espaço, num momento em que o negro era “a realidade degradante, sem categoria de arte, sem lenda histórica”. (CANDIDO, 2009, p. 590).

A visão do escravo como a realidade degradante que deveria ser escondida e ignorada pela arte é ironicamente compartilhada por Joaquim Nabuco, considerado um dos pais do Abolicionismo político junto a José do Patrocínio. Em 1875, entra em uma polêmica com José de Alencar nas páginas do jornal *O Globo*, na qual surgiram questões sobre o lugar da cultura africana e do escravo e liberto na sociedade brasileira. (VENTURA, 1991).

O abolicionista critica Alencar por seu retrato do escravo na peça *O Jesuíta*, tratando-os sentimentalmente na obra, ainda que fosse pessoalmente favorável ao cativo. Nabuco, por sua vez, apesar de ferrenho opositor à escravidão, via a arte como “expressão idealizada da sociedade branca e cosmopolita, cujo domínio político e cultural seria a precondição para a civilização moderna”. (VENTURA, 1991, p. 44). Para ele, a arte funcionava como retrato de uma sociedade idealizada, fundada no trabalho livre e na harmonia entre as raças, e a realidade da escravidão, a “linha negra” que limita e compromete a civilização, não teria espaço nesse campo idealizado.

A crítica de Nabuco ao escritor cearense vai além, pintando seus romances como “falsa literatura tupi”, escrita a partir da imitação de autores estrangeiros. Mais do que crítico à tendência imitativa da obra de Alencar, o que realmente incomodava o abolicionista era o retrato de índios e negros nela, etnias consideradas então inferiores, ao invés da manutenção da aparência de um país cuja sociedade se encontra de acordo com os padrões europeus. Para

ele, a “vida civilizada do país” se daria pela exclusão do negro e do índio de sua vida cultural e social, por meio da abolição do cativo e da eliminação do indígena como tema literário.

Silvio Romero, outro abolicionista e principal crítico literário do final do século XIX, atribuía à idealização romântica do indígena (e à escravidão) a falta de uma etnologia afrobrasileira que estudasse o negro e o mulato, e em 1888 encerrava seus *Estudos sobre a Poesia Popular no Brasil* com um apelo sentimental à abolição do cativo. De fato, os românticos vinham sendo criticados desde o final da década de 1860, com até Machado de Assis, que era avesso a polêmicas, reprovando, em 1873, a postura de se tomar como literatura nacional apenas obras que tratem de assunto local, ao invés de se inserirem nos debates de seu tempo. Além disso, ele salienta que o índio não era patrimônio exclusivo da literatura brasileira, nem a nossa sociedade derivava de algum tipo de influência indígena. (ASSIS, 1959).

Para esse final de século XIX, a ideologia do ecletismo e a visão romântica sobre nacionalidade mostravam-se inadequadas, e o cientificismo começou a suplantá-las, num início de transição ideológica do Brasil monárquico para o século XX republicano.

### **3.2. O Movimento Abolicionista**

A Guerra do Paraguai alterou os ânimos políticos do Império, originando dissidências que culminaram com a criação do Partido Republicano em 1870. Apesar do surgimento desse partido radical, seus membros não pregavam o fim do cativo, tampouco o faziam os liberais, que viam a abolição da escravidão como algo que seria alcançado de forma gradual e a longo prazo (ironicamente, foram os conservadores que sancionaram as principais leis antiescravistas). Ao mesmo tempo, abolicionistas estrangeiros começaram a fazer pressão em Dom Pedro, como um grupo francês que pedira, em 1866, que o monarca libertasse os escravos, recebendo a resposta de que ele trataria da questão assim que a Guerra permitisse.

Ao mesmo tempo, o Exército passara a ver valor no negro livre, já que a falta de pessoal preparado no país para a Guerra fez com que escravos tivessem de ser alistados com a promessa de alforria subsequente, mostrando ser grandes soldados e muitos tornando-se profissionais. A propagação do positivismo entre os círculos militares e a obrigação de captura de escravos fugidos nos anos de 1887 e 1888 aumentou o questionamento deles em relação à legitimidade da escravatura, tornando-os receptivos às ideias abolicionistas e republicanas. (SKIDMORE, 1976).

Enquanto isso, nos círculos intelectuais, surgia a chamada “Escola do Recife”, composta por Tobias Barreto, Silvio Romero, Araripe Júnior, Franklin Távora e Inglês de Sousa, que rejeitavam o ecletismo (síntese de ideias filosóficas e religiosas francesas, influenciadas por Victor Cousin, em voga desde o início do século) e se debruçavam sobre o positivismo, o materialismo e o evolucionismo, temas que eram debatidos na Europa.

O Abolicionismo como movimento agitador surge apenas no final da década de 1870, quase uma década depois do sancionamento da Lei do Ventre Livre (1871), o primeiro passo legal no sentido da abolição. Começaram a surgir sociedades agitadoras em todas as grandes cidades, e em 1883 é feita uma campanha nacional com base na demanda pela liquidação da base legal do escravismo e na mobilização de donativos para manumissões voluntárias. (SKIDMORE, 1976).

Em 1883 também é publicado *O Abolicionismo*, principal escrito da causa, elaborado por Joaquim Nabuco, deputado na Câmara por Pernambuco desde 1879. Inspirado pelo liberalismo inglês e pelo movimento antiescravista norteamericano, Nabuco declara a escravidão como uma herança colonial que fizera do Brasil um lugar vergonhoso e anacrônico, fora de compasso com o mundo moderno. Essa herança se transformara num sistema social estruturador de todas as instituições, costumes e práticas, corrompendo todo o país, tanto moral quanto economicamente. Sua abolição era urgente e necessária ao desenvolvimento do Brasil segundo o modelo liberal capitalista, já que, aliada à monocultura, esgotara a terra, gerara concentração propriedade em feudos e dera muito poder aos seus donos. Atrasou a industrialização e tolheu as atividades urbanas, impedindo que as classes médias e o trabalho assalariado se desenvolvessem e condenando os homens livres pobres à dependência dos grandes proprietários. Por ser o pilar da economia, todas as profissões e negócios passaram a girar em torno dela, gerando uma rede de relações de clientela que invadira o Estado e viciara toda a sociedade no seu usufruto. Alijara a política também por impedir a formação de um corpo de cidadãos com uma opinião pública autônoma, uma vez que o direito de voto era baseado na posse de terra e escravos. Por fim, o cativo se enraizara culturalmente de tal forma no país que estruturara um modo de vida, imiscuira-se na composição do povo brasileiro, adentrara a família, a religião e o trabalho, semeando em tudo os germes da decadência. (ALONSO, 2009).

Em seu *Minha Formação*, lançado em 1900, Nabuco narra sua *bildung* e o que o levou a se opor à escravidão. Escrito de forma nostálgica, no capítulo *Massangana*, nome do engenho onde crescera, sua infância é descrita com uma imagem patriarcal e benevolente do cativo, onde havia uma relação pessoal sentimental entre senhor e escravo. Pare ele, a



escravidão teria espalhado uma “grande suavidade” pelo Brasil via cuidado das escravas com as crianças, gerando um elo de afeto entre os cativos e a classe senhorial. Ele destaca, porém, que isso não se deu em todas as propriedades, em especial nas fazendas cafeeiras do sul, onde o escravo era desconhecido do senhor e mero instrumento de colheita. O medo que os escravos de Massangana passassem para um proprietário que os tratasse de forma mecânica, ao invés da sentimental com a qual sua madrinha, proprietária então recém-falecida do engenho, tratava-os fez com que sua imagem sobre o cativo mudasse, e ele sentisse obrigação moral de combatê-lo. (VENTURA, 1991).

O Abolicionismo rompeu a imagem do escravo como *coisa* e passou a percebê-lo como *homem* para quem a cidadania deveria ser estendida, dotando-o de liberdade e habilidade para adentrar o mercado. Apesar disso, a participação do escravo no trabalho de agitação e propaganda fora barrado, pois as lideranças (Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e Tavares Bastos) acreditavam que o movimento deveria se restringir às elites e camadas médias urbanas, visando a uma solução pacífica que não transtornasse a ordem mundial. Nabuco que formulara essa restrição, colocando que os abolicionistas seriam delegados que advogariam pela causa escrava.

Os abolicionistas também propuseram reformas sociais, como o imposto antilatifundiário e a reforma agrária para que o ex-escravo pudesse se fixar à terra de uma pequena propriedade, propiciando o “gozo dos milagres do trabalho livre”. Essas propostas sociais não vingaram após o 13 de maio de 1888, mas a Coroa também não indenizou os antigos proprietários, o que fez com que aumentasse a massa descontente com o regime e se expandisse o clima propício ao golpe militar do ano seguinte. Não se pode, entretanto, associar a República diretamente ao fim da escravidão, como proclamara Nabuco, ele mesmo monarquista que não cria haver, num regime republicano, lugar para os pobres ou analfabetos. (VENTURA, 1991).

A posição energética contra o cativo não significava, entretanto, que os abolicionistas considerassem o negro etnicamente a par com os brancos, apesar de a escravidão nunca ter sido justificada com base na inferioridade racial, tal como fora nos Estados Unidos. Na verdade, os intelectuais brasileiros estavam em contato com as teorias raciais em voga na América do Norte e Europa, fazendo com que a maioria acreditasse em uma versão “evolucionista” da história em que a raça branca triunfaria, fazendo-se necessário aprimorar eugenicamente o Brasil, clareando-o. Apesar desse racismo, acreditava-se categoricamente não haver preconceito racial no país. (SKIDMORE, 1976).

### 3.3. As Teorias Raciais

O Brasil do século XIX absorvia veementemente as ideias europeias, ainda que incompatíveis com a realidade do país, como fizera com o liberalismo, com a política monárquica se identificando como liberal ao mesmo tempo que mantinha uma economia de base escravocata. A Europa, que se encontrava em pleno crescimento econômico e expansão imperialista, passou a formular teorias que explicassem e justificassem a superioridade de sua civilização em relação à dos países menos desenvolvidos, dentre eles o Brasil.

Inspiradas no positivismo, no darwinismo social e no evolucionismo spenceriano, essas ideias serão vastamente divulgadas e adotadas pelos intelectuais brasileiros e pautarão o pensamento e a literatura nacionalistas por cerca de 60 anos, de 1870 a 1930, quando finalmente a noção racial de nação é substituída pela cultural. Por mais incompatível com a nossa realidade que a crença nesse pensamento seja, a adesão a ele foi maciça, mas não sem modificações que vislumbrassem um futuro mais otimista para um país que seria condenado ao fracasso por sua condição racial e climática inferior à do norte.

Talvez o principal teórico do “racismo científico” seja o conde Arthur de Gobineau, que serviu como embaixador da França na Corte de D. Pedro II de 1859 a 1860, e havia publicado em 1853 o *Essai Sur L’Inégalité des Races Humaines*, primeira tentativa de reconstruir a história universal do ponto de vista etnológico. Em 1863, publicou um artigo nos moldes do *Essai* sobre o Brasil.

À exceção das riquezas e belezas naturais, Gobineau detestou o país. Julgava-o culturalmente estagnado, desprezava os brasileiros, vistos como irrevogavelmente manchados pela miscigenação, considerando esteticamente ofensiva uma população “totalmente mulata, viciada e assustadoramente feia”. Dizia ele não haver um só brasileiro que tivesse “sangue puro”, já que os casamentos entre negros, índios e brancos eram tão disseminados que toda a população encontrava-se degenerada geneticamente. Alegando que os mulatos não se reproduziriam para além de algumas gerações, declarou que a população desapareceria entre duzentos a duzentos e setenta anos. A única forma de salvar o país da completa degeneração seria unindo-se a “raças europeias”, o que elevaria intelectualmente as raças inferiores, ainda que “rebaixasse” as superiores.

Outros teóricos da degeneração racial de influência no país foram Louis Couty, amigo do Visconde de Taunay, que em 1884 publicou um livro sobre o Brasil argumentando que a colonização pelos escravos era responsável por todos os males do país, com a colonização por homens livres europeus como único remédio possível; e Louis Agassiz, que

visitara o país em 1865 numa expedição científica. Em seu relato de viagem publicado, coloca que qualquer um que quisesse ter certeza do malefício da mistura de raças deveria vir ao Brasil, onde a degeneração pela união das raças é inegável e mais forte do que em qualquer outro país do mundo, acabando com as melhores qualidades do branco, do índio e do negro, substituindo por um tipo híbrido, indefinido, mental e fisicamente fraco. (SKIDMORE, 1976). Considerando diferentes origens para todas as raças humanas (teoria poligenista), via no mestiço um “ser intermediário”, condenado à degeneração. (VENTURA, 1991).

O escritor mais lido pelos brasileiros em relação às teorias raciais foi o britânico Henry Thomas Buckle, que em seu *História da Civilização da Inglaterra* (1857-61) enunciava a filosofia do determinismo climático. Fazendo uma análise de oito páginas sobre o Brasil baseadas no relato de viajantes, analisou a precipitação, a topografia, o sistema hidrográfico e o regime de ventos do país. Elogiando a natureza exuberante de forma similar ao estereótipo romântico, coloca que não há lugar para o desenvolvimento do homem em meio a tanta beleza natural, ficando reduzido à insignificância em comparação a ela. Assim, a grandiosidade do mundo exterior contrastaria com a do mundo interior, tornando incapaz o desenvolvimento mental do brasileiro, que não teria regredido completamente devido à influência europeia. (SKIDMORE, 1976).

Essas ideias passaram a ditar a vida intelectual brasileira pós-1870, convergindo literatura, estudos sociais e ciência no chamado “Naturalismo”, e pautando a política de estímulo à imigração europeia no país para suprir a falta de mão de obra decorrente da Abolição. Em contraste ao Romantismo, que focava no passado e suas glórias, o novo pensamento passa a focar no futuro da civilização do Brasil e como construí-la, e até 1910, apenas intelectuais isolados, como Araripe Júnior e Manuel Bomfim, criticaram essas concepções, tanto ideológica quanto cientificamente.

Essa preocupação é bem nítida nos trabalhos do crítico literário Sílvio Romero (1851-1914), o principal intelectual a emergir da geração de 1870. Pioneiro na análise sociológica da literatura, argumentava que a raça e o meio eram as chaves para a compreensão da criação artística, considerando toda nação como o produto da interação entre população e o *habitat* natural, com sua cultura e caráter específico sendo de um ajustamento a longo termo.

A adesão a essas ideias não se deu sem adaptações, entretanto. Angustiadíssimos com o pessimismo acerca do futuro brasileiro que o racismo propunha, os grandes intelectuais da época (Nabuco, Romero, Afrânio Peixoto) aceitaram a supremacia branca, mas encontraram uma saída autóctone ao problema: a fusão para que as raças inferiores fossem extintas. Afirmaram que a miscigenação produziria uma população mais clara, pois os brancos seriam

parceiros sexuais mais procurados e de gene mais forte, o que faria com que as raças inferiores desaparecessem rapidamente, já que se acreditava que a baixa taxa de natalidade e a maior incidência de doenças entre os afrobrasileiros auxiliaria no processo. (VENTURA, 1991).

Já em 1875 as teorias da inferioridade de raças se apresentavam entre a elite do país, sendo naquele ano sugerida a imigração de chineses para suprir a mão de obra escrava que ficava cada vez mais escassa, o que fora energeticamente rejeitado por Meneses e Sousa. Alguns anos depois, a proposta voltou a ser debatida devido ao interesse do líder do governo liberal, Visconde de Sinimbu. Desta vez, Joaquim Nabuco foi quem se opôs, ficando irritado apenas com a consideração de tal proposta. Segundo ele, os chineses eram racialmente inferiores, tal qual o negro, mas era ainda pior, pois não tinha a adaptabilidade deste. Além disso, uma onda de imigração chinesa “mongolizaria” o Brasil, assim como fora “africanizado” pela escravidão, corrompendo ainda mais a raça do país.

Em 1890, ele voltaria a se opor à “mongolização do país” pelos asiáticos, mas, desta vez, a ideia era partilhada por toda a elite intelectual e política. Em decreto do mesmo ano sobre o programa imigrantista, fora vetada a livre entrada de “indígenas da Ásia ou África”, enquanto os outros indivíduos que fossem aptos ao trabalho e criminalmente livres teriam entrada livre em todos os portos da República. (VENTURA, 1991).

### **3.3.Raça e Nação na República**

Silvio Romero não foi apenas o principal intelectual do período em influência, mas também foi o mais prolífico, envolvendo-se em polêmicas com vários literatos de seu tempo. Em sua longa carreira, o crítico literário se debruçou sobre a questão de raça, cultura, literatura e identidade nacional, fazendo a análise da sua obra seminal para que o pensamento do período seja compreendido. Além de Romero, deve-se destacar seus críticos José Veríssimo e Araripe Júnior, que representam os poucos intelectuais que romperam com o pensamento determinista e racista da época, o médico baiano Nina Rodrigues, cuja crença na degeneração das raças foi tanta que propôs um código civil especial para cada uma delas, e Euclides da Cunha, que, mesmo partilhando das ideias de Romero, iniciou o desenvolvimento do conceito de culturação em seu *Os Sertões*, principal obra literária anterior ao Modernismo.

Com seu espírito crítico, Sílvio Romero iniciou seus escritos na década de 1870, combatendo o espírito romântico e a excessiva valorização do indígena, apoiando o abolicionismo e defendendo o republicanismo. Ao Indianismo e à escravidão atribuía a ausência de uma etnologia afrobrasileira que se voltasse ao estudo do negro e do mestiço.

Vinculando o racial e o cultural, Romero descreveu a mestiçagem em dois níveis, a “mestiçagem moral” e a “mestiçagem de almas”. Criticando o caráter “mimetista” da cultura brasileira, imitativa do estrangeiro, que seria devido à falta de originalidade das três raças constitutivas do povo, a mestiçagem moral seria uma forma de selecionar as ideias vindas de fora visando à construção de uma perspectiva crítica, com o escritor tendo papel chave nessa construção. A “mestiçagem de almas” teria criado o a consciência nacional literária e artística a partir da fusão de raças, incorporando as “faculdades de imaginação e sentimento dos selvagens” americanos e africanos à “expressão civilizada” dos portugueses. Baseando-se em Gobineau, atribui ao cruzamento entre a sensualidade do negro e a espiritualidade do branco o surgimento da arte e do refinamento estético. (VENTURA, 1991).

Reduzindo a importância dada ao fator indígena, Romero atribui à interação lusoafriana a formação do povo brasileiro, destacando o papel do mestiço na constituição da literatura nacional, sendo ele criador do folclore, o “agente transformador por excelência”. O mestiço seria um tipo novo formado a partir de cinco fatores: o português, o negro, o indígena, o meio físico e a imitação estrangeira. Ainda no contexto do racismo, ele propõe uma hierarquia de raças, com o indígena sendo a mais inferior, o negro sendo superior a ela e o branco sendo mais evoluído que ambos. O branco colonizador, entretanto, seria o mais inferior de todos os europeus, pois o português pertencia ao que se considerava a subraça latina, ao contrário dos superiores saxões e germânicos, fazendo com que o Brasil tivesse sido fadado ao atraso e à imitação pela junção de raças inferiores. (VENTURA, 1991).

Influenciado pela crítica naturalista, ele enfatiza a raça e o meio como influências à criação literária e do caráter nacional, medindo a qualidade da obra a partir do grau de contribuição à diferenciação da nação e de reflexo da sociedade que o circunda. A nossa nacionalidade literária teria sido formada pelo vínculo entre mestiçagem e poesia popular, com Gregório de Matos sendo o fundador da nossa literatura, por ser o primeiro a abordar a mistura de raças em seus poemas. Ela se originaria a partir do canto dos mestiços no trabalho, se afirmando a partir da crescente autonomia em relação às culturas portuguesa, africana e indígena. (VENTURA, 1991).

Baseando-se no princípio supracitado das diferenças étnicas inatas, com a raça ariana superior às outras, e ao evolucionismo, na lei do *struggle for life* e domínio do mais apto, Romero também discutiu a questão da degeneração pelo mestiçismo. Ainda que exaltasse o papel do mestiço no surgimento da nacionalidade brasileira, era entusiasta da teoria do branqueamento, prevendo entusiasmaticamente que a população brasileira se

branquearia totalmente entre três ou quatro séculos, já que o branco, por ser mais evoluído, seria o parceiro sexual mais atrativo, o que garantiria seu predomínio no cruzamento.

O racismo também predominou nos estudos do médico baiano Nina Rodrigues, que pode ser considerado o primeiro etnógrafo brasileiro e o principal doutrinador racista de sua época no país, ainda que fosse mulato. Acreditando na inferioridade do negro e na sua responsabilidade pelas anormalidades orgânicas e sociais da população brasileira, aplicou as teorias racistas diretamente ao seu trabalho de medicina-legal, baseando-se na antropologia criminal em voga àquela época principalmente na Itália.

Nina Rodrigues separou a população em três tipos básicos raciais: o branco, o mulato e o negro, podendo ser definidos por critérios fenotípicos. O negro estaria no “estágio infantil da humanidade”, tendendo à loucura, à paranoia e à criminalidade devido à “sobrevivência psíquica” de características de uma fase evolutiva mais atrasada. (VENTURA, 2011). O mestiço estaria dividido em três subgrupos: 1) o tipo superior, inteiramente responsável; 2) o tipo degenerado, com alguns parcialmente responsáveis e o resto, totalmente irresponsável; 3) os tipos instáveis socialmente, que seriam como os negros e índios. (SKIDMORE, 1976). Partindo do pressuposto que os criminosos são marcados por uma forma de degeneração biológica com manifestação de traços psíquicos e físicos primitivos, próprios ao selvagem, e que as raças inferiores seriam análogas aos selvagens, concluía-se que essas também eram mais predispostas a cometer crimes. (MURARI, 2005).

Ao admitir-se que cada raça se encontra em estágios evolutivos distintos, os pressupostos fundamentais do liberalismo, como o livre-arbítrio e a capacidade de discernimento, passam a ser desmentidos, impossibilitando que haja uma legislação penal universal, fazendo com que o médico propusesse em livro de 1894 um código penal com especificidades para cada raça. Como os negros, os índios e os mestiços degenerados e instáveis estariam em um estágio inferior de desenvolvimento intelectual e moral, não poderiam ser tratados penalmente como igual ou equivalente às raças “civilizadas”, devendo então ter uma “responsabilidade atenuada”, de modo similar ao do menor de idade ou do louco. O código penal proposto por Rodrigues não foi aceito, uma vez que excluiria juridicamente a cidadania dos supracitados tal qual no Império, o que fora abolido com a República, cuja constituição e leis de 1890 não discriminavam com base em “raça” ou “cor”, a despeito da preponderância de ideias racistas.

Rodrigues também opôs o litoral, reduto da civilização e dos grupos brancos, ao sertão, dominado por uma população mestiça, infantil, inculta e menos evoluída socialmente. Ao estudar a insurreição de Canudos, de 1896, atribuiu aos seguidores de Antônio

Conselheiro um fetichismo devido a um “desenvolvimento intelectual, ético e religioso insuficiente ou incompleto”, chegando a estudar o crânio de Conselheiro após sua morte.

Em contrapartida a Sílvio Romero, tinha uma visão pessimista acerca do futuro miscigenado do país, temendo o rebaixamento da civilização branca, que vinha se deixando “contaminar” pela influência dos negros, o que consistia em uma verdadeira ameaça à integridade da civilização branca no país. (MURARI, 2005). O médico também se opunha à opinião “injustificadamente otimista” daqueles que, como Romero, viam um “valor social” no mestiço, considerando-o apenas um degenerado, escrevendo diversos ensaios técnicos sobre o tópico. Assim, enquanto Romero acreditava em um progressivo branqueamento da população pela mistura do sangue mestiço com o branco, para Rodrigues a mistura talvez tivesse sucesso no Sul, mas, no Norte intertropical, com clima inóspito aos brancos, somente degeneraria seu sangue, gerando mais mestiços, ao invés de clarear a população.

No romance naturalista *O Cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, a teoria da mestiçagem é aliada às concepções sobre a influência do meio ambiente, sendo abordada na história do português Jerônimo, que vem ao Brasil com mulher e filha para trabalhar na pedreira do também português João Romão. No meio do ambiente do cortiço, ele sucumbe à sedução da vida americana e da natureza do Brasil, representada pela voluptuosa mulata Rita Baiana, “controlada por sua própria sensualidade e capricho”. (BROOKSHAW, 1983, p. 45). Ao ser seduzido por ela, o português se degenera, se entregando à bebida, aos prazeres e ao ócio, que “de um imigrante trabalhador e honesto passa a ser um brasileiro inútil e dado a vícios”. (BROOKSHAW, *idem*). Ao mesmo tempo, Rita Baiana larga seu amante mulato Raimundo em favor do português, “pois o ‘sangue da mestiça’, reclamando os ‘direitos de apuração’, ‘preferiu no europeu o macho da raça superior’” (VENTURA, 1991, p. 61), comportando-se como postulada na ideia do branqueamento propagada por Romero, em que as raças inferiores prefeririam as superiores para procriar.

No romance *Canaã* (1902), de Graça Aranha, escrito no período do apogeu da imigração europeia, as duas tradições sobre o cruzamento de raças e culturas são expostas e confrontadas nos diálogos dois dois imigrantes alemães Milkau e Lentz, que se fixam na colônia alemã no estado do Espírito Santo.

O romance é escrito a partir do dilema “poderia um país tropical, luxuriantemente dotado pela natureza, tornar-se um centro de civilização pela fusão de correntes imigratórias formadas de europeus e mestiços brasileiros?”. (SKIDMORE, 1976, p. 128). Os dois alemães principais correspondem às duas principais correntes de pensamento que debatiam o dilema: Milkau, o otimista, argumentava que o Brasil seria salvo pela mistura do sangue europeu com

o nativo, enquanto Lentz, pessimista, contestava a capacidade de raças inferiores de desenvolver uma civilização.

Milkau personificava o ideal do branqueamento, com o qual Graça Aranha se identificava, vendo a miscigenação como um modo de elevar a capacidade cultural e física do Brasil. Já Lentz acreditava que o progresso só poderia vir com a substituição de uma raça híbrida, como a dos mulatos, por europeus, já que a fusão com espécies “radicalmente incapazes” não seria capaz de dar origem a uma raça apta ao desenvolvimento da civilização. Pelo contrário, degeneraria a raça branca, criando uma civilização de mulatos, “eternos escravos em revoltas e quedas”. (SKIDMORE, *idem*).

O livro foi um sucesso de crítica e de público, tornando acessível à elite vários elementos da teoria racista, ainda que de forma dramática, e sem contestações à teoria racista de Lentz, louvando o retrato feito por Graça Aranha. Outra obra contemporânea abordaria também o tema da miscigenação, mas de forma mais esquemática e sociológica, e seria ainda mais bem recebido: *Os Sertões*, de Euclides da Cunha.

Euclides da Cunha, engenheiro militar e jornalista, foi enviado ao arraial de Canudos em 1897, como correspondente do jornal o *Estado de São Paulo*, tradicionalmente republicano. Presenciou pouco mais de três semanas de luta, entre 16 de setembro e 3 de outubro, dois dias antes do fim da Guerra, na quarta expedição do Exército para pôr fim aos rebeldes, contra os quais usou equipamento bélico atualizado e oito mil homens. Quando chegou a Canudos, a cidade já estava semi-destruída pelos bombardeios e privações da guerra.

O arraial existira desde 1893, quando o peregrino Antônio Conselheiro se instalou, com seus seguidores, na fazenda abandonada de Canudos, no nordeste da Bahia, às margens do rio Vaza-Barris. Canudos foi criado como refúgio contra as secas da região e as leis seculares da República, à qual Conselheiro se opunha, vendo nela a personificação do anticristo. Criticava o casamento civil e o registro de mortes e nascimento que haviam sido introduzidos com a Constituição de 1891, além de acreditar no retorno da Monarquia, forma política tida como eterna. (VENTURA, 1993).

Republicano ferrenho desde os dias de cadete na Escola Militar e autoproclamado darwinista social, com leituras de Darwin, Spencer, Huxley e Comte, Euclides mantinha seu otimismo em relação ao regime, mesmo com os conflitos que emergiam em sua primeira década. Além disso, era favorável à imigração branca, considerando que o “estrangeiro inteligente” constituía “poderoso elemento étnico” na construção da feição futura da nação. (SKIDMORE, 1976). Chegou em Canudos acreditando ser uma revolta de cunho restaurador contra a jovem República, obra de “mestiços ignorantes e supersticiosos liderados por um



translucado messias-por-conta-própria” (SKIDMORE, 1976, p. 122), mas, ao presenciar os horrores da guerra, sua visão mudou completamente, abalando sua crença no regime republicano.

Inspirado pelo esquema positivista de Hyppolite Taine, que propunha a trilogia meio, raça e circunstâncias para a interpretação de fatos históricos, o livro é dividido em três partes e um epílogo, com as duas primeiras sendo as mais significativas. Na primeira, “A Terra”, Euclides faz uma longa e minuciosa análise sobre a interação do homem e do meio no sertão, descrevendo o regime de chuvas, a geografia, a geologia, sua fauna e a flora, expondo realisticamente os poucos recursos do sertanejo e as calamidades naturais que o assolavam, nenhuma pior que a seca. Para muitos leitores, essa descrição seria o primeiro contato com o interior devastado pelo regime de secas.

A segunda parte, intitulada “O Homem”, é uma minuciosa etnografia do sertanejo, inspirada pelos pressupostos raciais da época. Negando que haja um tipo antropológico brasileiro, coloca que há, entretanto, uma subcategoria étnica já formada, o sertanejo, oriundo da submissão do indígena pelo branco e a conseqüente fusão das duas etnias. Por seu isolamento do mundo litorâneo, o sertão desenvolveu características próprias, retrógradas, que propiciaram uma lenta e homogênea estabilização racial, formando uma etnia forte, consolidada e íntegra. (MURARI, 2005).

Ao considerar o sangue indígena um fator positivo, enquanto o negro não o era, compara o sertanejo ao mestiço do litoral, sendo-lhe superior, por não ter o elemento africano degenerativo em sua mistura, e seu isolamento evitou que se viciasse com o *copismo* que caracterizava a sociedade “civilizada” brasileira. Assim, o sertanejo seria autêntico, o verdadeiro cerne de uma raça brasileira, “a rocha viva da nossa raça”. Ele, ao contrário do mestiço litorâneo, não seria um *degenerado*, mas um *retrógrado* devido ao seu isolamento da civilização, tornando-o capaz de ser integrado a ela pelo desenvolvimento. Já a população do litoral seria incapaz de estabilidade racial, gerando um mestiço neurastênico, desequilibrado, amoral, impulsivo, dependente da cópia e incapaz de formar uma sociedade, ou seja, degenerado. (MURARI, 2005).

O texto apresenta uma teoria do Brasil marcada pela dualidade litoral/interior. O país estava dividido em um pólo atrasado, porém autenticamente nacional, com o homem marcado pela supremacia da natureza, e um desenvolvido, civilizado, mas baseado na cópia e culto ao modelo europeu, com suas elites mais voltadas à Europa do que ao próprio país. (LIMA, 2009). A dualidade litoral/sertão é utilizada para explicar a guerra, vista por Euclides como o choque entre os dois processos de mestiçagem, o com o negro no litoral e com o índio

no sertão, que teria gerado outra forma de cultura. (VENTURA, 1993). Ressalte-se porém que, apesar de ignorado pelo autor, o elemento negro era formador maciço da população sertaneja que tanto admirava. (SKIDMORE, 1976).

Ao narrar o conflito, traçou paralelos entre as duas formas de fanatismo: entre o soldado e o jagunço, entre o litoral e o sertão, entre a República e Canudos. O mesmo entusiasmo doentio do sertanejo ao bradar pelo Bom Jesus era visto entre os soldados que saudavam e memória do marechal Floriano Peixoto, cuja efígie traziam no peito, e o líder da terceira expedição ao arraial, o Coronel Moreira César, é tido como tão “desequilibrado” quanto Antônio Conselheiro, o messias delirante, ambos refletindo a instabilidade da nascente República. (VENTURA, 1993).

O contato direto com o conflito desenvolveu em Euclides uma posição crítica em relação ao ideário republicano. Percebendo a ausência de objetivo político entre os seguidores de Conselheiro e vendo o horror do massacre, acusou o Exército e o governo pela barbárie ocorrida em nome da ordem e o progresso, progresso este de importação europeia que nunca havia chegado à comunidade primitiva de Canudos.

*Os Sertões* marca aspectos importantes no pensamento da nacionalidade brasileira. Primeiro, cria a mitologia do sertanejo, o “herói-quasímodo”, marcado pela bravura e isolamento. Em segundo lugar, inaugura o pensamento sobre o Brasil baseado na dualidade litoral/sertão, nas contradições entre sociedade moderna e sociedade tradicional, o que seria retomado na sociologia do anos 1950. (LIMA, 2009). Há também a crença e a desconfiança no progresso, criticando a cópia dos modelos europeus pela elite e alertando à necessidade do desenvolvimento de uma cultura brasileira, resumida na célebre frase, “Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos”. (CUNHA, 1998 apud VENTURA, 1999)<sup>9</sup>.

A obra também foi “capaz de tocar no nervo exposto de culpa da elite com relação ao abismo existente entre o seu ideal de nacionalidade e as condições reais do país” (SKIDMORE, 1976, p. 126), além de ser a primeira a criticar os rumos da República, já tão distante dos ideais daqueles que, como Euclides, dela eram entusiastas desde o Império. Ao mesmo tempo que foi um *best seller*, criticava duramente a racionalidade urbana e suas pretensões civilizatórias, acusando o cosmopolitismo artificial que se instalava na capital, o Rio de Janeiro, com suas ruas e cafés inspirados em Paris, assim como a mentalidade da elite, ao mesmo tempo que o interior era ignorado.

---

<sup>9</sup> CUNHA, E. *Os Sertões* Campanha de Canudos. São Paulo: Ática, 1998. pp. 71, 105, 131-2

A obra exemplifica o desencantamento que havia tomado os intelectuais da virada do século, o chamado “esgotamento da geração de 1870”. Os tumultos da República na década de 1890 trouxeram censura e estado de sítio, dando superpoderes ao Exército. A fraude política já havia se instaurado no recente regime, com a consolidação da Política dos Governadores em 1898 para estabilizá-lo politicamente, excluindo a participação de fato da população no processo decisório.

Silvio Romero, que saudara o novo regime repleto de esperança e euforia, atribuindo ao escritor e seu engajamento histórico um papel de destaque no movimento que a instaurara e acreditava que auxiliariam nas reformas por vir, desencantara-se com as que ocorreram em 1888 e 1889, voltando-se ao antiliberalismo. José Veríssimo, que sempre mostrara-se pouco entusiasmado com a mudança de regime, declarou seu ceticismo em relação à eficácia da cultura escrita no Brasil, uma nação com um povo que não lê e nem teria consciência nacional suficientemente desenvolvida para absorver os ensinamentos dos literatos. (VENTURA, 1991).

O desencantamento do engajamento do intelectual do *fin de siècle* contrastou com aquele dos românticos, cujo entusiasmo com seu papel na construção nacional dera a tônica do século XIX e inspirara aqueles que agora recolhiam-se à “Torre de Marfim”, aqui representada pela recém-instaurada Academia Brasileira de Letras, em 1897, e preocupavam-se com questões mais inerentes à profissão do escritor e em sua diferenciação do boêmio.

O clima desinteressado somente seria abalado cerca de vinte anos depois, em 1922, quando um grupo intelectual se agitaria de novo para questionar as bases e rumos da nossa nação, criticando a cultura europeizada que se instaurara na *Belle Époque*: os Modernistas.

## Conclusão

Com a Independência do Brasil em relação a Portugal, fez-se necessário transformar um aglomerado de pessoas espalhadas por um grande território sobre o qual tinham pouquíssima informação em uma nação. Ao contrário da emergência contemporânea dos Estados nacionais europeus, no Brasil houve uma precedência do Estado à nação, com a determinação do país Brasil anterior à do que seria o *povo brasileiro*.

O século XIX pode ser considerado o século da nossa “longa Independência”, marcando a ruptura com o lusitanismo e construindo uma brasilidade nacional e política. Nele, as datas de 1822, 1831, 1841, 1868, 1888, 1889 e 1897 são marcadores seminais de construções e desconstruções das ideias sobre a nação.

Inicialmente tivemos os anos de construção e consolidação do Estado nacional, que se deu entre 1822 e 1831, com a renúncia de D. Pedro I, um Imperador ainda português, terminando o processo de ruptura e consolidação da independência política. Nessa década, também há a transição de uma consciência amarga, individual, do “viver em colônia”, para o sentimento de “viver em nação livre”, o que se consolida com a ascensão de D. Pedro II ao trono, em 1841, em torno do qual é construída simbolicamente a imagem da unidade do país. (MOTA, 2000).

Tendo início em 1830, o movimento Romântico é a primeira tentativa de construção de um imaginário nacional, buscando um mito fundador e um determinador de brasilidade. Nesse sentido, a revisão do passado fez-se mister, com a carta de Pero Vaz de Caminha sendo redescoberta e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sendo fundado em 1838 com o objetivo de documentar a história brasileira.

A ideia romântica de nacionalidade se baseou no conceito do nativismo, em que a exuberância natural do país é tomada como motivo de orgulho, ligando os conceitos de nação e pátria à terra, aprofundando a ideia do Brasil como terra paradisíaca, que existia desde a época primeira de colonização. Essa imagem do Brasil-Natureza será ressignificada desde os diários de bordo dos primeiros colonizadores até os dias atuais, iniciando-se na “terra onde se plantando tudo dá” de Caminha, passando pela bandeira auriverde, explicada na escola como a representação das nossas matas no verde e do abundante ouro no amarelo; e pelo hino nacional, com sua exaltação da natureza, do “formoso céu risonho e límpido”, de sua terra “mais garrida”, cujos “risonhos, lindos campos têm mais flores” e cujos bosques “têm mais

vida”. Negativamente, a imagem do Brasil-Natureza também é evocada no pensamento popular de que aqui “a terra é boa” e se as coisas dão errado é “por causa do povo”, reproduzindo a dualidade natureza x povo (significando plebe, não em seu sentido de cidadão) instaurada nas mentes coloniais e propagada pelas elites intelectuais ao longo dos séculos. (CHAUÍ, 2000).

A natureza também molda o caráter do brasileiro, seja no pensamento de Euclides da Cunha, que será mais desenvolvido pela sociologia surgida na metade do século XX, com as disparidades entre litoral e interior, civilização e atraso, isolamento e cosmopolitismo, sertanejo e cidadão urbano; seja como um dos fatores do determinismo do caráter nacional brasileiro, elaborado por Silvio Romero nos últimos anos da década de 1880, colocando que a literatura (aqui equiparada à cultura) deriva da interação entre português, negro, índio, meio físico e influência estrangeira.

A ideia da nacionalidade fomentada na mistura, exaltada como um dos constituintes da brasilidade, também deriva dos primeiros românticos, influenciados pelos escritos do francês Ferdinand Denis. José de Alencar criou o mito fundador do país baseado na fusão do português com o índio, o que seria nosso traço marcante de diferenciação em relação ao colonizador. A exaltação do indígena se deu não apenas por motivações estéticas, mas políticas, já que ele se encontrava àquela época neutralizado, repellido ou dissolvido em parte pela mestiçagem, fazendo com que sua evocação não tocasse no sistema social baseado na mão de obra negra.

Em se tratando de Alencar, praticamente devemos a ele a fundação da literatura “verdadeiramente” brasileira. Com seu projeto de “simbiose luso-tupi”, ele finalmente tornou a escrita literária independente do português lusitano, adaptando-a ao falar brasileiro, facilitando a cativação dos letrados, transformando-os em público leitor, ainda que escasso em meio a uma população com mais de 80% de analfabetos.

A adaptação de modelos dos romances de cavalaria ao contexto indígena do Brasil é um dos exemplos das “ideias fora do lugar” criticadas por Roberto Schwarz, que seriam a importação de instituições e ideias copiadas do estrangeiro e que não refletem a realidade local. O exemplo clássico é o descompasso, no século XIX, entre a fachada liberal do Império, baseada no parlamentarismo inglês, e o regime de trabalho efetivo escravo. (SCHWARZ, 1986).

Dentro desse descompasso, encontramos uma explicação para a exclusão do retrato do escravo na literatura e de sua presença dentre os elementos constituintes da nacionalidade. Ao mesmo tempo em que foi cristalizada na mente das elites brasileiras a presença do escravo como instrumento, e não como pessoa, o Brasil almejava inserir-se entre os países “civilizados” europeus, absorvendo seus modelos institucionais e aplicando-os aqui para dar uma “fachada de civilização”. A percepção da incapacidade de atingir esse modelo com perfeição, justamente pela presença escrava, gerou um ressentimento, tal como postulado por Greenfeld, que inicialmente se manifestou na completa exclusão de sua presença do debate público e das artes – basta lembrar a crítica de Nabuco ao retrato de escravos feitos no teatro de Alencar, não pela forma que o havia feito, mas por não manter as aparências de um país branco -, metamorfoseando-se na aceitação da mestiçagem como constituinte nacional e posterior exaltação dela por intelectuais como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda.

A partir da crise do Império, iniciada em 1868, passando pela Abolição de 1888 e pelos primeiros anos de República, o negro passou a ser reconhecido como elemento constituinte nacional, ainda que estereotipado e visto como degenerado. O golpe instaurador da República marcou o fim do processo de independência política brasileira em relação a Portugal, removendo de vez a Casa de Bragança do poder. Com ela, os direitos de cidadania foram estendidos aos ex-escravos, agora transformados em negros, e àqueles sem posses, que finalmente teriam direito de acesso à política.

Enquanto o Império se sustentava em uma Constituição censitária, que excluía formalmente aqueles sem posse do exercício de cidadania, a Carta Magna republicana abolia a discriminação por critérios de raça e garantia o direito de voto aos homens maiores de idade alfabetizados. A participação política era, entretanto, coibida pelas vias de fato, com voto aberto, eleições fraudulentas, formação de currais eleitorais e pela Política dos Governadores, instaurada em 1898, impedindo uma alternância legítima de poder. Além disso, o país ainda era majoritariamente rural e com grande parte da população ainda analfabeta, fazendo com que essa parcela fosse apenas parcialmente cidadã, mantendo praticamente inalterado o cenário político em relação ao Império.

Tendo isso em mente, perguntamo-nos: nacionalidade para quem? A manutenção de grande parte da população em situação precária de pobreza e a incapacidade de eleição dos próprios governantes marcaram a política brasileira do século XIX e mais da metade do século XX, esvaziando o conceito de nacionalismo baseado no terceiro setor desenvolvido por

Greenfeld com inspiração nos acontecimentos da Revolução Francesa. Se o *populacho* fora alçado simbolicamente ao *status* de elite, tendo direito ao acesso ao poder de forma igualitária, tornando-se condutor da soberania e fonte de identidade nacional, como classificar o caso de um país cujo povo, ao longo de quase 200 anos de Independência, teve menos de 50 anos de exercício de soberania?

Ao mesmo tempo, podemos nos perguntar o grau de penetração de fato das ideias de nacionalidade contidas nas obras do período analisado, quando o principal meio de comunicação e divulgação ainda se baseava na palavra escrita. O otimismo romântico em relação à influência das letras no progresso social foi duramente criticado por José Veríssimo na virada do século, alegando que a literatura seria incapaz de ter influência em um povo que não lê, e provavelmente sua visão pessimista é mais acurada do que a romântica.

Se a principal forma de divulgação do sentimento nacional nos primeiros 100 anos de país independente fora a literatura, e apenas a elite era capaz de ler, com qual noção de Brasil o povo teve contato e se identificou? Qual o imaginário de Brasil por eles criado? Nesse sentido, podemos ver o arraial de Canudos como um exemplo de desenvolvimento desse imaginário alternativo, alheio ao oficial da elite letrada.

A análise da criação da nacionalidade brasileira e do papel da literatura nesse contexto nos permite tirar conclusões em dois níveis. No primeiro, verificamos a durabilidade e solidificação dos mitos criados no papel de identificação nacional, mostrando o quão bem sucedido foram os autores nesse processo criador, e o quão coesas foram suas ideias, garantindo sua recorrência, ainda que com alterações. Por outro lado, o desnível entre exercício intelectual e verdadeira absorção das ideias pelos diferentes estratos da população revela mais uma dimensão do extraordinário caso nacional brasileiro, o da “única nação do mundo formada por uma teoria política”, e formada sem povo.

### Referências Bibliográficas

- ALENCAR, José de. Iracema: Lenda do Ceará. 2ª Edição. Rio de Janeiro: FTD, 1992.
- ALONSO, Angela. Joaquim Nabuco: O Crítico Pertinente. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Orgs.). **29 Intérpretes e um País**. 1ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo. 2ª Edição. Lisboa: Edições 70, 2005.
- ASSIS, Machado de. Instinto de Nacionalidade. In: \_\_\_\_\_. **Machado de Assis: Crítica, Notícia da Atual Literatura Brasileira**. São Paulo: Agir, 1959.
- BALAKRISHNAN, Gopal. A Imaginação Nacional. In: \_\_\_\_\_. (Org). **Um Mapa da Questão Nacional**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BALDO, Luiza Maria Lentz. A Identidade Nacional: Matrizes Românticos no Projeto Modernista. **Boitató**, Londrina, v. 1, n.1, 2006.
- BAUER, Otto. A Nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org). **Um Mapa da Questão Nacional**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BREULLY, John. Abordagens do Nacionalismo. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org). **Um Mapa da Questão Nacional**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BROOKSHAW, David. Raça e Cor na Literatura Brasileira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- CAMARGO, Graziela Ribas. Trilogia Teórica do Nacionalismo: Estudo de Caso do Segundo Reinado. 2011. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- CANDIDO, Antonio. Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos. 12ª Edição. São Paulo: FAPESP, 2009.
- \_\_\_\_\_. Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária. 1ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- \_\_\_\_\_. Literatura de Dois Gumes. **Literatura Brasileira LBN3**. Unicamp. 2009;
- CASTELLO, José Aderaldo. A Literatura Brasileira: Origens e Unidade. 1ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. 1 v.
- CHAUÍ, Marilena. Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de. Revisitando os Mitos Românticos da Nacionalidade. **ALCEU**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 91-101, jul/dez. 2009.



FIORIN, José Luiz. A Construção da Identidade Nacional Brasileira. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-126, 1º sem. 2009.

FRY, Peter. Política, Nacionalidade e o Significado de “Raça” no Brasil. In: **Brasil: Fardo do Passado, Promessa do Futuro. Dez Ensaios sobre Política e Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GELLNER, Ernest. O Advento do Nacionalismo e sua Interpretação: Os Mitos da Nação e da Classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org). **Um Mapa da Questão Nacional**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

HOBBSAWM, Eric J. Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade. 4ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um Mosaico (Ou Apontamentos para o Estudo da Emergência da Identidade Nacional Brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). **Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira (1500-2000). Formação: Histórias**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

LAJOLO, Marisa. Oralidade, Romance e Pedagogia de Leitura no Romantismo Brasileiro. In: MADEIRA, Angélica; VELOSO, Mariza. (Orgs.). **Descobertas do Brasil**. 1ª Edição. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

LIMA, Nísia Trindade. Euclides da Cunha: O Brasil como Sertão. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Orgs.). **29 Intérpretes e um País**. 1ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MAGALHÃES, Gonçalves de *et al.* **Nitheroy: Revista Brasiliense**. Paris, 1836, v. 1. Disponível em: [objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/per700045/nitheroy.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/per700045/nitheroy.htm)

MAXWELL, Kenneth. Por Que o Brasil Foi Diferente? O Contexto da Independência. In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). **Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira (1500-2000). Formação: Histórias**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

MERQUIOR, José Guilherme. De Anchieta a Euclides: Breve História da Literatura Brasileira. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1977.

MOTA, Carlos Guilherme da. Ideias de Brasil: Formação e Problemas (1817-1850). In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira (1500-2000). Formação: Histórias**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

MURARI, Luciana. A mestiçagem da Alma: Literatura, Crítica e Ciência na Construção do Discurso Racial no Brasil pós 1870. **Itinerários**, Araraquara, v. 23, pp. 175-190, 2005.

NASCIMENTO, Paulo César. Dilemas do Nacionalismo. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 56, 2º sem. 2006.

ORTIZ, Renato. Memória Coletiva e Sincretismo Científico: As Teorias Raciais do Século XIX. In: \_\_\_\_\_. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Cor da Alma: Ambivalências e Ambigüidades da Identidade Nacional. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, pp. 123-133, 1999.

RICUPERO, Bernardo. O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830 – 1870). 1ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCHWARZ, Roberto. Nacional por Subtração. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 jun. 1986

SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. Leituras Brasileiras: Itinerários no Pensamento Social e na Literatura. 1ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

VERDERY, Katherine. Para Onde Vão a “Nação” e o “Nacionalismo”? In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org). **Um Mapa da Questão Nacional**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

VENTURA, Roberto. Estilo Tropical: História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

\_\_\_\_\_. Euclides da Cunha. **Remate de Males**, Campinas, v. 13, pp. 41-46, 1993.

\_\_\_\_\_. Um Brasil Mestiço: Raça e Cultura na Passagem da Monarquia à República. In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). **Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira (1500-2000). Formação: Histórias**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.